

14/02/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[MP aprova escolas militares](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Tensão entre Poderes](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[O MEC e os livros literários](#)

[Raquel quer repassar R\\$ 191 mi de delatores para o MEC](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Programa quer atrair interesse de jovens por ciência](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Alunos da rede pública migram para escolas particulares](#)

GAZETA DO POVO - PR

[PGR quer que R\\$ 191 milhões obtidos em multas da Lava Jato sejam doados ao MEC](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Vélez garante que universidades públicas não serão privatizadas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA VALOR

[Ministro da Ciência quer programa de iniciação científica para jovens](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Pós-doutorando em Química publica artigo na Science sobre impacto da dengue sobre o vírus zika](#)

[Pesquisa da UFPE estuda relações de poder no Carnaval de Olinda](#)

NOTÍCIAS DO DIA

[Orçamento do CNPq terá redução de R\\$ 400 milhões em 2019](#)

PRIMEIRA EDIÇÃO

[Coordenadores da CAPES visitam CESMAC](#)

RADAR SANTA MARIA - DF

[Izalci assume presidência da comissão de desenvolvimento regional no senado](#)

AGÊNCIA BRASIL

[PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Em crise financeira, Unesp suspende vestibular de meio de ano](#)

CORREIO WEB

[Ministério Público se manifesta pela legalidade de escolas com a PM](#)

G1

[Fies 2019 encerra nesta quinta inscrições para a seleção do 1º semestre](#)

METRÓPOLES

[Educação : GDF turbinou salário de diretores e anuncia nova gratificação](#)

PORTAL EXAME

[PGR quer destinar R\\$ 191 mi de delatores da Lava Jato para educação básica](#)

PORTAL ISTOÉ

[PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados](#)

PORTAL VEJA

[Inscrições para o Fies se encerram nesta quinta-feira](#)

[Ministro da Educação diz que universidades públicas não serão privatizadas](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

CLIPPING



[PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SERTÃO

[Mestrado em Direito da UniFG encerra inscrições nesta sexta-feira](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Pesquisa da UFPE confirma que carnaval de Olinda é marcado pela espontaneidade](#)

JORNAL DA CIDADE – SP

[Eu, Universidade pública, drogada e prostituída](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Estão abertas as inscrições para o programa Capes-Fulbright](#)

PRAVDA.RU

[Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social - a história cobrará seu preço](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Orçamento do CNPq terá redução de R\\$ 400 milhões em 2019](#)

UFSC

[Conferência internacional sobre mudanças climáticas ocorre dia 20 de fevereiro](#)

BOMBEIROS - DF

[CLDF REJEITA PROJETO QUE SUSPENDIA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS](#)

BRASÍLIA DE FATO

[Comissões aprovam projeto que cria o cartão material escolar](#)

CORREIO WEB

[UFSCar oferece curso rápido de bibliometria a distância](#)

METRÓPOLES

[CLDF rejeita projeto que suspendia militarização das escolas do DF](#)

RADAR SANTA MARIA - DF

[CLDF rejeita projeto que suspendia militarização das escolas do DF](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Dodge defende R\\$ 191 milhões de delatores da Lava Jato para educação básica](#)

[Vélez garante que universidades públicas não serão privatizadas](#)

Imprensa Estadual

EXTRA - RJ

[Educação só gasta 15% de verba para reformas](#)

O POVO - CE

[A UFC, A SECITECE E UM EMBRIÃO DO ITA](#)

Agências de notícias e sites

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[FOPROP e CAPES: uma parceria de sucesso](#)

[Brasil e Nova Zelândia querem incrementar cooperação entre universidades](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MPF-RR pede prisão preventiva de deputada acusada de desvios de recursos do transporte escola](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Partido Novo quer lei para devolver verba do Fundo Partidário](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Aluno do ensino médio de SP se forma com desempenho esperado para o fundamental](#)

BROADCAST

[5 dicas para economizar com a escola dos filhos](#)

G1

[Governo de Alagoas sanciona, com veto, lei sobre o rateio do Fundeb](#)

[Governo repassa R\\$ 48 milhões para escolas do DF fazerem reformas e pequenas compras](#)

[Estudantes dizem que não conseguem pegar diploma após faculdade ser alvo de investigação da polícia, em Pirenópolis](#)

[Especialista em consumo de Mogi orienta grupo que teve problema para pegar o diploma em centro de estudos](#)

O ESTADO - RJ

[Educação midiática será incluída no currículo escolar](#)

PORTAL EXAME

[UFRJ lança edital para reforma da fachada do Museu Nacional](#)

PORTAL VEJA

[A educação acima de tudo](#)

TERRA

[Partido Novo quer lei para devolver verba do Fundo Partidário](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Prazo do Fies termina amanhã; veja opções se não conseguir crédito](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - EIXO CAPITAL

MP aprova escolas militares

O Ministério Público do DF, por meio das Promotorias de Educação, se manifestou pela legalidade do projeto-piloto de gestão compartilhada de quatro escolas públicas com a Polícia Militar do DF. Para as promotoras de Justiça Cátia Gisele Vergara e Márcia da Rocha, o modelo está em sintonia com os princípios norteadores da educação, entre os quais a gestão democrática, a universalidade e a gratuidade do ensino público. Também contribui para as finalidades educacionais de pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A nota técnica é um reforço para a Secretaria de Educação, que deseja ampliar o projeto ainda neste ano para outras 36 escolas. Para isso, precisa de aprovação da Câmara Legislativa.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Tensão entre Poderes

CPI dos tribunais e outras propostas de setores bolsonaristas soam como revanchismo descabido

A corte reagiu com vigor ao devaneio golpista de Eduardo Bolsonaro, segundo o qual bastariam um cabo e um soldado para fechá-la. Ministros também deram indicações de que barrariam projetos mais flagrantemente inconstitucionais, como o Escola sem Partido.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/tensao-entre-poderes.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - NOTAS E INFORMAÇÕES

O MEC e os livros literários

O ano letivo começa, mais uma vez, com o velho problema da falta de entrega de todo material escolar necessário para a aprendizagem dos alunos. Desta vez, a dificuldade está concentrada nos livros literários, cuja aquisição é de responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Do total de 58 milhões de exemplares cujos autores e títulos foram escolhidos por professores da rede pública de ensino básico para serem distribuídos aos estudantes neste ano, mais de 10,6 milhões

ainda não foram sequer comprados pelo Ministério da Educação (MEC).

Mais grave ainda, das 256 editoras que tiveram obras selecionadas para as turmas de educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental e ensino médio, 96 ainda dependem da assinatura de contrato com o governo para imprimir os exemplares e enviá-los para o MEC. Como depois da formalização do contrato as editoras têm um prazo de até quatro meses para a produção dos exemplares, muitos livros chegarão às mãos dos alunos só no segundo semestre.

É lamentável que um importante recurso educacional não seja utilizado durante todo um semestre letivo, afirma o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa Lima. E nada garante que o atraso na entrega dos livros literários também não comprometa as atividades didáticas no segundo semestre letivo. Isto porque, como pela programação financeira do MEC a aquisição dos livros literários deveria ter sido realizada no exercício de 2018, o FNDE precisará agora pedir autorização para liberar recursos num valor maior do que o originariamente previsto para financiar esse programa no exercício de 2019.

Apesar do não cumprimento dos prazos previstos pelo edital do FNDE, dos problemas criados para as editoras cujos livros foram escolhidos e do comprometimento do planejamento das aulas por parte dos professores, o MEC, surpreendentemente, minimizou o problema. Segundo o Ministério, como o prazo para a distribuição dos livros termina no final de fevereiro, não faria sentido falar em “atraso”. Além disso, como os livros literários são utilizados em momentos específicos do ano letivo, ao contrário das obras didáticas, haveria maior “flexibilidade de tempo para sua disponibilização”. Por fim, os técnicos do MEC alegaram que, também ao contrário do que ocorre com os livros didáticos, a aquisição dos livros literários é mais trabalhosa, por causa da quantidade de editoras e obras participantes do processo de seleção.

Esses argumentos são inconvincentes e o problema do atraso na distribuição dos livros literários é mais uma demonstração de como o ensino básico vem sendo administrado há muito tempo. O edital do FNDE foi lançado no ano passado pelo governo Michel Temer, depois de as escolas públicas do País terem ficado quatro anos sem receber livros literários comprados pelo governo federal. O edital colocou cerca de 700 títulos para escolha dos docentes e o número de exemplares a serem comprados foi o maior desde 2001. Até certo ponto, era natural que a transição de um governo para outro, entre dezembro e janeiro, atrasasse o cumprimento do cronograma previsto no edital do FNDE.

Contudo, o problema se agravou, primeiramente, com a exoneração dos ocupantes dos principais cargos do Ministério da Educação em janeiro, depois que foram divulgados erros técnicos num edital para compra de livros didáticos. O problema aumentou com a lentidão do MEC em escolher e nomear os novos dirigentes. Com isso, ainda que a maioria dos contratos a serem assinados com as editoras já estivesse pronta, não havia responsáveis para assiná-los.

A inépcia administrativa é um dos principais pontos de estrangulamento da educação básica no País. Ela compromete a implementação de programas e projetos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Raquel quer repassar R\$ 191 mi de delatores para o MEC PGR envia ao Supremo petições para destinar recursos de multas de colaboradores da Lava Jato para educação básica

A procuradora-geral, Raquel Dodge, enviou ao Supremo Tribunal Federal uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada referentes à Operação Lava Jato a programas de educação básica do Ministério da Educação. Se a medida for autorizada pela Corte, serão revertidos mais de R\$ 191 milhões que, segundo a Procuradoria, “poderão ser utilizados na melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática”.

Na sexta-feira, a procuradorageral já havia solicitado que multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial fosse destinada integralmente ao MEC.

As novas petições da PGR foram endereçadas ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo.

Os acordos, homologados pela Justiça, foram celebrados entre o Ministério Público Federal e ex-executivos de empreiteiras envolvidas em desvios de recursos públicos da Petrobrás, investigados na Lava Jato. Por força de cláusulas de confidencialidade, os nomes dos colaboradores permanecem em sigilo.

Em alguns casos, o montante a ser pago por somente uma pessoa ultrapassa R\$ 78 milhões.

Raquel afirma “não haver impedimento legal para a destinação do dinheiro de multa ou perdimento de bens a programas do MEC”. Para a procuradorageral, a medida é importante “em razão do interesse público em formar cidadãos numa sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa e solidária, repudiando toda forma de corrupção”.

Tratativas. A opção pela educação básica resultou de tratativas estabelecidas com o MEC, feita pela própria PGR, que solicitou informações sobre como efetivar esse tipo de transferência, “com observância de regras orçamentárias e de auditoria pública”.

Em resposta, o ministério sugeriu a alocação nas ações orçamentárias ligadas ao Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE).

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Programa quer atrair interesse de jovens por ciência

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o astronauta Marcos Pontes, apresentou ontem parte da estratégia do governo para despertar o interesse de jovens pela carreira de cientista por meio do programa "Ciência na Escola". A iniciativa prevê o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas com alunos dos ensinos fundamental e médio em visitas a universidades e centros de pesquisa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6117953/programa-quer-atrair-interesse-de-jovens-por-ciencia>

topo ↗

FOLHA DE BOA VISTA - RR - CIDADES

Alunos da rede pública migram para escolas particulares

Procura por matrículas aumentou nas unidades privadas, em especial para estudantes que estão no ensino médio

APÓS ADIAMENTO

Com o cancelamento do início do ano letivo em fevereiro e o adiamento para março, pais de alunos da rede pública de ensino tiveram que encontrar uma alternativa para não prejudicar o andamento dos estudos dos filhos. Uma dessas medidas foi migrar para as unidades educacionais particulares. A informação é que houve aumento na procura por matrículas nas instituições privadas do Estado.

Em uma unidade particular, a procura maior foi pelos ensinos fundamental e médio, principalmente por causa dos vestibulares que ocorrem normalmente no fim do ano.

O relato é que os pais não querem que os filhos fiquem atribulados com o acúmulo de aulas e que isso influencie no resultado das avaliações. Outro ponto é impedir a perda do período de férias e momentos de lazer nos fins de semana e feriados.

“É uma carga horária de 200 dias letivos. Ter aulas direto, sem uma pausa, fica muito cansativo. Principalmente para quem está no ensino médio. Por isso, os pais procuraram mudar, para não perder a qualidade do ensino, aulas e tempo”, informou Rudaina Abou-Trabi, diretora de uma escola particular.

Outra questão alegada pelos pais de alunos, segundo a diretora, é a maior segurança das unidades particulares.

“Eles decidiram vir para uma escola particular para ter mais segurança de que as aulas não vão ser canceladas. Ainda não é certo elas começarem no dia 7 de março”, completou Rudaina, se referindo à previsão de início do ano letivo na rede pública.

Para os estudantes que estão migrando, a unidade procurou orientar pais e professores sobre as diferentes características do estudo particular, que algumas vezes tem aulas em horário diferenciado ou atividades extracurriculares.

Sobre o atendimento da demanda, a gestora explica ainda que a situação é positiva para a instituição como empresa, mas difícil por causa dos problemas na Educação em Roraima.

“Eu fico feliz e triste ao mesmo tempo porque não queria que o Estado chegasse a esse ponto. De um lado, triste pelo Estado não poder atender os nossos alunos. De outro, felizes porque tivemos condições de receber os estudantes de braços abertos”, frisou.

BOLSO - Já em outra escola, a procura por novas vagas foi mais baixa, mas ainda assim registrou um aumento de 5%. Para a instituição, a questão financeira foi o que mais influenciou na escolha de não migrar para uma rede privada.

“Acredito que seja por conta da situação financeira que o Estado vive. Muitas pessoas infelizmente não têm condições ainda de colocar os filhos em uma instituição particular”, informou o secretário acadêmico Frank Correia. (P.C.)

Secretaria cria comissão para reelaborar calendário de 2019

DDe acordo com a Portaria nº. 0201/2019/SEED/GAB/RR publicada no Diário Oficial de 11 de fevereiro e divulgada ontem, 13, a Secretaria Estadual de Educação e Desportos (Seed) resolveu designar os servidores que vão compor a Comissão de Reelaboração do Calendário Escolar 2019.

A comissão será presidida pelo secretário-adjunto da Gestão da Educação Básica, Semaias Alexandre Silva, e conta com a participação de membros da própria Seed, da Auditoria do Controle da Rede de Ensino, do Centro Estadual de Educação Profissional, Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação e do Conselho Estadual de Educação.

Também compõem a comissão membros do Departamento de Desenvolvimento de Políticas Educacionais, Departamento de Educação Básica, Departamento de Gestão Escolar, Divisão de Educação de Jovens e Adultos, Divisão de Educação Especial, Divisão Psicossocial Escolar e a gestão da Escola Estadual América Sarnento Ribeiro.

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinterr), Organização dos Professores Indígenas (Opirr), Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Instituto do Desporto de Roraima e a Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social (Setrabes) também compõem o grupo.

Segundo a portaria, a comissão terá como atribuição reelaborar o calendário escolar da rede pública para o ano letivo 2019. A comissão terá até 21 de fevereiro, ou seja, uma semana, para os trabalhos.

O governo citou ainda que o calendário escolar é um “instrumento imprescindível à organização e ao desenvolvimento das atividades escolares em conformidade com as peculiaridades da Educação Roraimense”. (P.C.)

Sinterr afirma que não há data prevista para reunião da comissão

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Flávio Bezerra, informou que ainda não há uma data marcada para reuniões com a comissão. No entanto, a expectativa é que a convocação ocorra nos próximos dias.

Segundo Bezerra, a previsão é que o Sinterr apresente propostas para a Comissão do Calendário Escolar 2019, para que sejam respeitadas as decisões dos gestores de cada unidade de ensino.

“A visão do Estado é de engolir os feriados e fins de semana. A gente solicita que se respeite a posição das escolas e seja dada essa liberdade. Que tome as decisões conforme a sua realidade, tanto é que o Colégio Militar conseguiu iniciar as aulas. Não sei se a gente vai conseguir”, acrescentou o presidente. (P.C)

topo ↕

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

PGR quer que R\$ 191 milhões obtidos em multas da Lava Jato sejam doados ao MEC

Para Raquel Dodge, o valor deveria ser transferido “já que é pela educação que se desenvolve a cidadania, valores éticos e morais que refletem em mudança de comportamento e de práticas nocivas à sociedade”

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ao Supremo Tribunal Federal uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada a programas de educação básica do MEC. Se a medida for autorizada pela Corte, serão revertidos mais de R\$ 191 milhões que, segundo a Procuradoria, "poderão ser utilizados na melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática".

Na sexta-feira (8), a procuradora já havia solicitado que multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial fosse destinada integralmente ao Ministério da Educação.

As novas petições da PGR foram endereçadas ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, informou a Secretaria de Comunicação Social da PGR.

Interesse público

Tratam-se de acordos, homologados pela Justiça, celebrados entre o Ministério Público Federal e ex-executivos de empreiteiras envolvidas em desvios de recursos públicos da Petrobrás, investigados na Operação Lava Jato. Por questão de cláusulas de confidencialidade, os nomes dos colaboradores permanecem em sigilo.

Em alguns casos, o montante a ser pago por somente uma pessoa ultrapassa R\$ 78 milhões. A procuradora-geral afirma "não haver impedimento legal para a destinação do dinheiro de multa ou perdimento de bens a programas do MEC".

Ela reforça ainda a importância da medida "em razão do interesse público em formar cidadãos numa sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa e solidária, repudiando toda forma de corrupção".

A opção pela educação básica resultou de tratativas estabelecidas com o MEC, feita pela própria Procuradoria-Geral, que solicitou informações sobre como efetivar esse tipo de transferência, "com observância de regras orçamentárias e de auditoria pública".

Em resposta, o ministério sugeriu a alocação nas ações orçamentárias "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", "Apoio a Infraestrutura para a Educação Básica" e/ou "Aquisição de Veículos para Transporte Escolar da Educação Básica", no âmbito do Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE).

Segundo a Procuradoria, as ações do MEC "destinam-se ao desenvolvimento, universalização e melhoria do processo educacional em todas as etapas e modalidades da educação básica; apoio a instituições públicas de todas as esferas do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino; apoio à implementação de programas e políticas para a educação básica geridos pelo MEC e unidades vinculadas".

Educação e cidadania

Os programas contemplam ainda a construção, ampliação, reforma e adequação de espaços escolares e aquisição de mobiliário e equipamentos, além de apoio à

infraestrutura e ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação.

Também está prevista a aquisição de veículos padronizados e de acessórios de segurança para o transporte escolar nas redes públicas de educação básica, prioritariamente da zona rural.

Nas petições, Raquel destaca "a importância da destinação desses valores ao MEC, seja pelo simbolismo da medida, já que é pela educação que se desenvolve a cidadania, valores éticos e morais que refletem em mudança de comportamento e de práticas nocivas à sociedade, seja para valorizar este serviço de relevância pública, definido na Constituição e na Lei Complementar 75/93".

A procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu ao Supremo que a multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial seja destinada integralmente ao Ministério da Educação. O valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, por executivos da empreiteira.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Vélez garante que universidades públicas não serão privatizadas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, garantiu nesta quarta-feira (13), pelo Twitter, que as universidades públicas não serão privatizadas. "As Universidades Públicas são patrimônio da Nação. Não serão privatizadas. Mas serão geridas com total transparência, a fim de que os brasileiros saibam, tintim por tintim, como é utilizado o suado dinheiro que sustenta essas instituições. Menos Brasília e mais Brasil!", escreveu no Twitter.

A privatização vinha sendo apontada como solução para a crise financeira pela qual passam essas instituições de ensino, mas o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia se pronunciado oficialmente sobre a questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o país tem hoje 2.448 instituições de ensino superior. Dessas, 296 são públicas e 63 são universidades federais, ligadas diretamente ao MEC. As públicas concentram mais de 2 milhões de matrículas, 24,7% do total dos universitários do país.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a lei que estipula metas para melhorar a qualidade da educação brasileira até 2024, o Brasil deve incluir um terço, ou seja, 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior até o fim da vigência da lei. Atualmente, essa porcentagem é cerca de 23%, considerando também os que já se formaram.

Já a taxa bruta de matrícula, ou seja, total de estudantes matriculados, independentemente da idade, deve ser equivalente a metade da população total de 18 a 24 anos. Essa porcentagem é cerca de 35%.

topo ↕

AGÊNCIA VALOR - TEMPO REAL

Ministro da Ciência quer programa de iniciação científica para jovens

BRASÍLIA - O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, o astronauta Marcos Pontes, apresentou nesta quarta-feira parte da estratégia do governo para despertar o interesse de jovens pela carreira de cientista por meio do programa

"Ciência na Escola". A iniciativa prevê o desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas com alunos dos ensinos fundamental e médio em visitas a universidades e centros de pesquisa.

"Não adianta a gente ter a maior tecnologia do planeta, com equipamentos de altíssimo padrão, se a gente não tiver jovens interessados em ciência e tecnologia para vir e operar isso daí", afirmou Pontes. Desde que assumiu o comando do órgão, o astronauta tem afirmado que a atração os jovens para as carreiras científicas e tecnológicas é uma das prioridades da sua gestão.

O secretário de políticas para formação e ações estratégicas, Marcelo Morales, explicou que o programa será submetido a testes de aperfeiçoamento a cada três meses. A ideia é deslocar os alunos às estruturas que já assumiram práticas científicas e tecnológicas. Isso porque, segundo o secretário, o desafio seria ainda maior se a aposta do governo fosse levar laboratórios a todas as escolas, o que ele considera inviável.

"Podem perguntar se essa não seria uma função do MEC [Ministério da Educação]. Eles já têm muitos desafios por lá e, se ficasse com eles, talvez estivesse na terceira gaveta, não sendo tratado com toda a prioridade que pretendo dar dentro do Ciência na Escola", afirmou o ministro, durante a apresentação do programa.

O Ciência na Escola está incluído entre as ações do MCTIC a serem implantadas nos primeiros cem dias do governo Jair Bolsonaro. Até o encerramento desse prazo, o ministério vai lançar duas chamadas públicas. Uma delas será para selecionar instituições que apresentarem os melhores projetos de ensino de ciência voltados para alunos de formação básica e para formação de professores. A outra será para selecionar pesquisadores que vão receber bolsas para desenvolver projetos de pesquisas voltados para as demandas do programa.

Para Pontes, a estratégia de desenvolvimento de qualquer país deve estar apoiada no tripé das áreas de ciência, tecnologia e educação. "Se não entender isso, a gente vai ficar enxugando gelo o tempo todo, sem alcançar nosso objetivo", afirmou.

Além de defender a integração de práticas científicas e tecnológicas ao sistema de ensino, o ministro ponderou que o Brasil só vai alcançar os resultados esperados se a implementação dessas políticas não for interrompida. "Não pode ser voo de galinha (...). Esse é um trabalho que tem que ser desenvolvido continuamente, com todo esse espectro -- desde a formação básica, até a busca por resultados no ambiente de negócio com mais inovação e melhora da infraestrutura de pesquisa básica", afirmou.

Ainda no prazo de cem dias de governo, o ministério deve lançar a Olimpíada Nacional de Ciências, que se resume na aplicação de exames para avaliar o conhecimento em diferentes campos científicos ao mesmo tempo. Outra vertente do programa Ciência na Escola é a plataforma de educação a distância que, no mesmo prazo, será oferecida para ajudar na formação de professores nas áreas de ciência. Esta iniciativa já contava com projeto piloto, o "Ciência é Dez", da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Pontes apresentou ainda o calendário de inscrições de alunos nas seis olimpíadas científicas já programadas para este ano. Entre março e abril, os interessados poderão se

se inscrever nas seguintes olimpíadas: Obmep (matemática, para escolas públicas), OBA (astronomia), ABB (biologia), Abrac (cartografia), ONHB (história do Brasil) e OBR (robótica).

Dentro do conjunto de ações nos cem primeiros dias de governo, Pontes prometeu entregar o centro científico e tecnológico, em Campina Grande (PB), voltado para o desenvolvimento de projetos de dessalinização. Até março, segundo o ministério, os primeiros testes serão realizados.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Pós-doutorando em Química publica artigo na Science sobre impacto da dengue sobre o vírus zika

Pessoas previamente infectadas com dengue têm menos chance de serem infectadas com zika. Essa é a conclusão do artigo “Impact of preexisting dengue immunity on Zika virus emergence in a dengue endemic region”, publicado pela revista Science na última quinta-feira (7), resultado de um trabalho desenvolvido pelo pós-doutorando Danilo Fernandes Coêlho, do Departamento de Química Fundamental (DQF) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). O trabalho foi desenvolvido em colaboração com o professor Ernesto Marques, da Universidade de Pittsburgh, onde Coêlho foi aluno de doutorado-sanduíche.

“Nós acompanhamos uma comunidade carente, chamada Pau da Lima, localizada na cidade de Salvador (BA), durante os anos de 2014, 2015 e 2016. Durante esse período, um grupo de 1.453 habitantes cederam amostras de sangue periodicamente. Essas amostras foram analisadas através de um teste sorológico patenteado pela Universidade de Pittsburgh”, explica o pós-doutorando. Os resultados indicam que até março de 2015 quase não havia infecção por zika na comunidade. Porém, em outubro de 2015 infecções por zika foram detectadas em 63% dos indivíduos, sendo que a taxa de ataque da infecção pode ter chegado a até 73% da população do local.

De acordo com Coêlho, um subgrupo de 642 pessoas foi também foi avaliado para infecção com dengue anterior a março de 2015 e observou-se que 86% das amostras deram positivo. Dentro desse subgrupo, descobriu-se que, quanto maior o nível de anticorpos contra dengue, menor era a chance de infecção por zika. “Mais especificamente, quando o nível de anticorpos contra dengue duplicava, uma redução de 9% no risco de infecção por Zika foi observada. Isso sugere que anticorpos contra dengue conferem proteção parcial contra zika”, afirma. “Pode-se concluir que a população de baixo status socioeconômico do Nordeste esteve bastante exposta ao vírus da zika.”

O pesquisador explica que, entretanto, essa conclusão não pode ser extrapolada para toda a população. “Nem todas as classes econômicas e regiões do Brasil tiveram o mesmo nível de exposição ao vírus e, nestes casos, estão suscetíveis a se infectar e desencadear novos surtos. Portanto, é importante um alinhamento de políticas públicas e direcionamento eficiente de verbas para o controle epidemiológico por parte dos governantes”, diz.

Os resultados também abrem a possibilidade de que uma vacina desenvolvida contra dengue possa conferir proteção contra zika, mesmo que por um curto período de tempo, o que seria extremamente importante para mulheres grávidas, cujos bebês correm o

risco de sofrer da síndrome congênita do zika. Entretanto, essa hipótese deve ainda ser avaliada. Ainda assim, a necessidade de uma vacina potente e eficaz contra zika não deve ser descartada, defende Coêlho.

Coêlho defendeu seu doutorado em agosto de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Química, onde foi orientado pelo professor Roberto Lins, do Instituto Aggeu Magalhães (Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz-PE). Realizou o doutorado sanduíche na Universidade de Pittsburgh, sob orientação do professor Ernesto Marques, de março de 2016 a fevereiro de 2017, quando foi bolsista do programa de áreas estratégicas da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFPE, com bolsa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Pesquisa da UFPE estuda relações de poder no Carnaval de Olinda

Famosa por suas ladeiras e seus memoráveis bonecos gigantes, a cidade de Olinda é reconhecida também por possuir um dos maiores carnavais do mundo. Todos os anos, milhares de foliões brincam o Carnaval em suas mais diversas agremiações. São as manifestações que traduzem a mistura dos costumes e das tradições de brancos, negros e índios, base da formação do povo brasileiro e de sua cultura. No entanto, o engajamento dos foliões de Olinda não se resume apenas em brincar o Carnaval. Existe também um viés gerencial da folia olindense, revelando-se, assim, uma intrincada relação de poder entre as diversas esferas decisórias, sejam institucionais ou espontâneas.

Pensando nesse universo organizacional, Suélen Matozo Franco, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da UFPE (Propad), analisou, em sua tese “No reinado de Momo, quem governa Olinda? - Governo, corpos e tecnologias políticas na organização do Carnaval de Olinda”, as relações de poder envolvidas nesse evento mundialmente conhecido. A pesquisa foi realizada sob orientação do professor André Luiz Maranhão de Souza Leão.

A pesquisa chegou a cinco formações discursivas, quais sejam: a tradição como regime de verdade; a segurança como atribuição de governo; menos governo e mais autonomia; governo orientado pelo mercado, e generalização do mercado no fazer carnavalesco. A cada assertiva, a autora apresenta uma análise que sugere, entre outras, “a existência de uma tradição consolidada ao longo das décadas, que diz respeito não somente às manifestações culturais do Carnaval, mas também ao processo pelo qual os foliões organizam, produzem e participam do festejo”.

Quanto à segurança, Suélen entende que o Estado mobiliza tecnologias de poder com vistas a aumentar os ganhos obtidos durante a realização do festejo, ao passo que tenta conter os prejuízos por este causados, sejam decorrentes da saturação da infraestrutura, sejam causados pelos excessos comuns às práticas do Carnaval. A pesquisa indica, ainda, uma centralidade da administração pública no que diz respeito à provisão de recursos para que o festejo aconteça por parte da população. “Esse aspecto revela a relação entre a disponibilidade de recursos e as demandas do festejo e aponta para aspectos como eficiência, pontos críticos e contingências”, aponta.

Já com relação às relações de mercado, a autora entende que são tidas como um importante marcador que orienta a administração pública, e avalia: “Dessa forma, o retorno sobre os investimentos termina por delinear uma relação que se mostra de mão

dupla entre governo e iniciativa privada, tendo como principal objetivo a perspectiva de ganho mútuo”. E também como um aspecto conclusivo da pesquisa, Suélen vê uma generalização do mercado no fazer carnavalesco, “denotada por meio do processo pelo qual as relações de mercado se tornam, cada vez mais, a tônica do fazer carnavalesco, havendo, assim, a generalização do mercado, em que gestão pública, sociedade e mercado operam sob um mesmo norte”.

PRÊMIO | A pesquisadora entende que as conclusões do estudo apontam para a complexidade organizacional do festejo, na medida em que reúnem agentes e interesses distintos – entes da administração pública, artistas, foliões, dirigentes de agremiações etc. “São reveladas práticas de governo tanto da gestão pública quanto dos grupos de interesses diversos que integram o folguedo e novas racionalidades de governo ao longo das décadas”, explica.

A pesquisadora utilizou uma abordagem qualitativa e parcialmente indutiva, baseada na teoria do filósofo francês Michel Foucault sobre o poder como lente para observação de um fenômeno. “Queríamos investigar como a organização do Carnaval olindense era perpassada pelas relações de poder. Assim foi necessário um recorte temporal que permitisse apreender as transformações. Por isso, investigamos quatro Carnavais que distavam uma década entre si: 1986, 1996, 2006 e 2016”, conta a pesquisadora.

O trabalho também se valeu de dados da cobertura jornalística dos dois principais jornais de Pernambuco, o Diário de Pernambuco e o Jornal do Commercio, únicos jornais ativos no período de tempo analisado. As informações coletadas foram submetidas à Análise de Discurso Foucaultiana (ADF), por meio de um protocolo de análise sistematizado pelo orientador da pesquisa, que utilizou como base a obra “Arqueologia do Saber”, de Foucault.

O estudo, que recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), foi eleito pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** como uma das 49 melhores teses defendidas em 2017, ficando como primeira colocada na área de concentração de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo. O prêmio foi entregue no dia 13 de dezembro de 2018, em Brasília.

topo ↕

NOTÍCIAS DO DIA - TEMPO REAL

Orçamento do CNPq terá redução de R\$ 400 milhões em 2019

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) poderá perder mais um terço dos recursos em 2019, segundo a proposta orçamentária em discussão. Nesse caso, para não cortar bolsas, o órgão terá de praticamente zerar investimentos em pesquisa.

Pela proposta inicial, o orçamento do CNPq – principal agência de fomento à pesquisa científica no País – cairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões; uma redução de 33%. “É um valor inaceitável”, disse ao Estado, com exclusividade, o presidente do conselho, Mario Neto Borges. Só as bolsas atuais já custam mais do que isso: cerca de R\$ 900 milhões. O CNPq paga atualmente cerca de 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores que formam a base da pirâmide de ciência e tecnologia no Brasil.

Diferentemente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes) – órgão do Ministério da Educação que financia a pós-graduação de forma geral e também alega não ter verba para suprir financiamentos em 2019 – o CNPq tem todas as bolsas atreladas a projetos de pesquisa.

A missão principal do conselho, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é fomentar o desenvolvimento científico do País, ressalta Borges. Mas os cortes orçamentários dos últimos anos desidrataram o órgão de tal forma que só resta dinheiro para bolsas, e quase nada para auxílio à pesquisa.

No orçamento deste ano, R\$ 900 milhões são para bolsas e R\$ 300 milhões, para o financiamento de projetos. O órgão também recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), mas são recursos sujeitos a contingenciamento.

Dois programas de importância estratégica para a ciência do País – já prejudicados fortemente pelos cortes orçamentários dos últimos anos – seriam diretamente afetados pela falta de recursos: o Edital Universal – voltado para jovens pesquisadores – e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

“Confesso que estou perplexo”, disse o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “É a política de terra arrasada. O orçamento deste ano já é terrível, e agora pode ficar ainda pior.”

Borges disse que continuará dando prioridade ao pagamento das bolsas, já que, além de dar suporte à pesquisa, elas são um fonte de sustento de milhares de estudantes.

Justificativa

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disse que os valores do orçamento ainda não estão fechados, e definiu apenas o montante total para cada pasta.

“A partir disso, cada ministério tem autonomia para decidir como vai aplicar seus recursos.”

Nesse caso, quem responde pelo orçamento do CNPq é o MCTIC. A pasta de Ciência e Tecnologia, comandada pelo ministro Gilberto Kassab, disse que os valores previstos são “suficientes para o custeio de atividades”, mas não para a realização de investimentos.

topo 

PRIMEIRA EDIÇÃO - TEMPO REAL

Coordenadores da CAPES visitam CESMAC

Visita busca fortalecer parcerias com o Programa de Pós -Graduação em Análise de Sistemas Ambientais-PPGASA

O Centro Universitário CESMAC recebeu a visita de pesquisadores coordenadores da área de Sistemas Ambientais da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, Profa. Dra. Jarcilene Silva Almeida Cortez, coordenadora de área em Ciências Ambientais, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e o Prof. Dr. Jairo Lizandro Schmitt, coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos, da Universidade FEEVALE.

O encontro aconteceu no início da semana, no Campus IV, e serviu para aproximação

com o Programa de Pós -Graduação em Análise de Sistemas Ambientais- (PPGASA/ CESMAC). O objetivo foi conhecer a estrutura, questões relacionadas à pesquisa, laboratórios e também os docentes . O momento foi importante ainda para o estreitamento de contato entre os pesquisadores.

Como os coordenadores quase não visitam os Programas, o encontro foi considerado como uma condição especial, já que a iniciativa foi dos próprios avaliadores. A ideia também é estabelecer parcerias de trabalhos futuros, como Banca de Defesa de Dissertação, Trabalhos Científicos, participação no Congresso de Estudos Sobre o Meio Ambiente (CEMEIA/CESMAC), Workshops, entre outros.

"Foi uma tarde muito proveitosa, onde usufruímos o momento para tirar dúvidas em relação ao preenchimento da Plataforma Sucupira, que é a Plataforma onde os Programas são avaliados", disse o Prof. Dr. Jessé Marques Pavão, coordenador do Programa de Pós -Graduação em Análise de Sistemas Ambientais-PPGASA.

Participaram da reunião o Vice-Reitor do Centro Universitário CESMAC, Professor Dr. Douglas Apratto Tenório, a Profa. Dra. Aldenir Feitosa dos Santos (coordenadora do Stricto Sensu) e o Prof. Dr. Giulliano Aires Anderlini (coordenador Geral de Pesquisa e Pós -Graduação), além dos professores doutores Rodney Kozlowiski de Azevedo, Vanessa Doro Abdallah Kozlowiski, Selenbaldo Alexnaldo Cabral Santanna, Mayara Andrade Souza e Fabíola Brito.

topo 

RADAR SANTA MARIA - DF - NOTÍCIAS

Izalci assume presidência da comissão de desenvolvimento regional no senado

O senador Izalci Lucas (PSDB/DF) assumiu, nesta quarta-feira (13), a presidência da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. Eleito por aclamação, Izalci chega ao cargo com a experiência de três mandatos na Câmara dos Deputados e um na Câmara Legislativa do Distrito Federal, durante os quais foi integrante titular das Comissões de Desenvolvimento Urbano e de Integração Regional, entre outras. Ao falar sobre o trabalho que irá conduzir na CDR, Izalci destacou que entre as prioridades estão o fortalecimento das políticas para diminuir desequilíbrios regionais e gerar mais empregos, além do incentivo ao turismo.

“Fico muito honrado de presidir esta comissão num momento em que temos alto índice de desemprego e muitas desigualdades regionais. Vamos trabalhar para criar condições de mais desenvolvimento para nosso país. Olhar mais para o turismo, criar projetos para fazer crescer o setor. Espero que possamos debater, junto com os ministérios pertinentes, formas de melhorar a condição de nossa população”, afirmou o senador.

Os senadores Dario Berger (MDB/SC) e Jorginho Mello (PR/SC) cumprimentaram Izalci pelo posto que assume na comissão e destacaram a importância da criação de um plano de desenvolvimento regional e da ampliação de investimentos e oportunidades para o turismo sustentável em todo o país.

Na CDR, o senador Izalci vai conduzir discussões e votações que tratam de assuntos referentes às desigualdades regionais, políticas de desenvolvimento regional dos Estados e Municípios e planos regionais de desenvolvimento econômico e social. Os integrantes da comissão também analisam programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional e integração regional, além de

proposições que tratam de assuntos referentes ao turismo.

A Comissão de Desenvolvimento Regional é composta por 17 titulares e 17 suplentes e examina assuntos importantes como a Política Nacional de Segurança de Barragens e a segurança hídrica.

Na próxima quarta-feira, a comissão volta a se reunir para a eleição do vice-presidente.

MAIS DESENVOLVIMENTO

Visando criar novas oportunidades de emprego e renda, o senador Izalci foi responsável pela instalação de um Centro de Desenvolvimento Regional em Brasília. Os centros são desenvolvidos pelo MEC, CAPES e CNPQ e atuam junto às universidades, poder público e o setor produtivo para identificar as necessidades locais e as atividades econômicas com potencial de gerar emprego e renda.

Autor do pedido para a instalação do CDR/DF, Izalci ressalta a importância de iniciativas como essa para a geração de novos postos de trabalho e mais oportunidades para empreendedores.

“O que mais nos preocupa é que há um grande contingente de pessoas desempregadas e precisamos criar meios para capacitá-los para o mercado de trabalho ou para o empreendedorismo”, afirmou o senador ao destacar que é preciso priorizar ações para garantir aos jovens perspectivas de trabalho de modo que possam ter mais esperança no futuro.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados Presidente da Casa e ministro da Educação discutiram tema em reunião

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse hoje (13) que vai instalar, nos próximos dias, uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O fundo é usado por estados e municípios para cobrir grande parte dos gastos com educação pública.

O assunto foi tema da reunião de Maia com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na tarde desta quarta-feira. O ministro compareceu à Câmara para tratar de assuntos de interesse da pasta. Segundo Maia, o Fundeb foi o principal tema. “Ele veio se apresentar. Está preocupado com a pauta do MEC. Eu disse que deveremos instalar, nos próximos dias, a comissão especial da PEC do Fundeb, que é tema fundamental e que tem prazo, porque vai vencer”, disse Maia à Agência Brasil.

Com o fim da última legislatura da Câmara dos Deputados, a PEC 15/15, que vinha sendo discutida em comissão especial, foi arquivada. No último dia 4, em sessão plenária, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que foi relatora da proposta, apresentou requerimento para desarquivar a PEC, mas, até o momento, a Proposta de Emenda à Constituição ainda não foi desarquivada.

Outra pauta que é defendida pelo governo desde a campanha eleitoral é o Escola sem Partido, que também foi arquivado com o fim da última legislatura. Segundo Maia, o

projeto não foi assunto da reunião de hoje com o ministro.

Comissões

Apesar de não haver prazo regimental, líderes e presidência negociam a instalação das comissões permanentes da Casa até o final do mês. Já as comissões especiais são criadas conforme a necessidade. Maia garantiu que será criada uma comissão especial do Fundeb.

O Fundeb, criado em 2006, deixará de existir em 2020, caso não seja prorrogado o prazo de vigência. A PEC 15/15 torna o fundo permanente. O Fundeb é formado por parte da arrecadação de estados e municípios, além de complementação da União. Os recursos devem ser investidos tanto no pagamento de professores quanto em melhorias nas escolas. A estimativa de receita do fundo para este ano é de R\$ 156 bilhões.

Um dos pleitos de estados e municípios é que a União, ente que mais arrecada impostos, aumente a porcentagem de transferência de recursos, que atualmente é equivalente a 10% das contribuições dos demais entes.

Dorinha propõe o aumento da complementação da União para o fundo, de 10% para, no mínimo, 30% da participação dos estados e municípios. Esse aumento deverá ser feito de forma gradual.

O assunto é de interesse de deputados recém empossados, como a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que tem a educação como prioridade no mandato. “Não é uma pauta super polêmica, não é a pauta ideológica que viraliza nas redes, mas é uma pauta com potencial de impacto gigantesco na qualidade e equidade da educação. A comissão avançou muito no ano passado, então acho que não vai começar do zero, temos meio caminho andado já”.

A deputada irá propor que entes que tenham boas práticas de ensino e que apresentarem melhora no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - que mede por avaliações nacionais o desempenho das escolas - sejam recompensados por isso. “O Fundeb nos dá a possibilidade de criar mecanismos para que aqueles municípios que acabarem com a indicação política [para a direção da escola], aqueles municípios que garantirem uma formação continuada séria dos professores, que melhorarem o Ideb, consigam ter um incentivo fiscal. Acho que é uma inovação que a gente não pode perder a oportunidade de apresentar”, diz.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Em crise financeira, Unesp suspende vestibular de meio de ano

Universidade tem 13º salários atrasados e tenta reestruturação; seleção será feita apenas na prova de fim de ano

São Paulo

A Unesp (Universidade Estadual Paulista) anunciou a suspensão do vestibular do meio do ano, nesta terça-feira (12). A medida já extingue a prova que seria aplicada em meados de 2019 —a avaliação será conjunta com o vestibular de verão, tanto para início das aulas em fevereiro quanto em agosto.

O número de vagas representava só 5% da quantidade ofertada no vestibular do fim do

ano. Mas demandava, segundo a universidade, a mesma logística. No processo seletivo, eram selecionados 360 calouros de nove cursos de graduação de engenharia, para os campi de Bauru, Ilha Solteira, Registro, São João da Boa Vista e Sorocaba.

A decisão de reorganizar o vestibular faz parte do plano de estruturação administrativo e acadêmico feito pela Unesp no segundo semestre do ano passado para tentar driblar a forte crise financeira enfrentada pela instituição pelo menos desde 2014 —a exemplo de outras duas universidades estaduais (USP e Unicamp).

Quase a totalidade dos repasses recebidos pelo estado têm sido comprometidos com a folha de pagamento de ativos e aposentados. Reservas financeiras têm garantido a sobrevivência das instituições neste período, mas elas já estão no fim.

Na Unesp, 97% dos R\$ 2,16 bilhões recebidos foram pagos com salários, em 2017. A projeção para o ano passado era de que esse percentual ficasse em 93%. O déficit nas contas da universidade era de R\$ 300 milhões e, pelo segundo ano consecutivo, os servidores ficaram sem ver o 13º salário em dezembro —em Botucatu, houve greve em janeiro.

No dia 22 de janeiro, o Conselho Universitário (instância máxima da instituição) aprovou uma indicação de parcelamento do 13º, que deve pago 50% em fevereiro e a outra metade maio.

A proposta de reestruturação, que visa aumentar a eficiência e reduzir os custos, ainda prevê eliminação de órgãos administrativos, departamentos acadêmicos, ou mesmo a oferta de cursos, que sejam considerados redundantes.

A reitoria também propôs aproveitar como opção de ingresso os resultados da avaliação oficial da rede estadual de São Paulo, o Saesp. A Unesp conta com sistema de cotas e, desde 2017, mais de 50% de ingressantes vieram de escolas públicas. Entretanto, o percentual total de egressos de escolas públicas matriculados nos cursos, em junho de 2018, corresponde a 43%.

A Unesp tem 53 mil alunos, divididos por 34 unidades. São 3.631 professores e 6.449 servidores. O caráter descentralizado de unidades em várias cidades também é apontado como um dos maiores desafios de gestão da universidade.

Sobre a mudança no vestibular de meio do ano, a pró-reitora de graduação, professora Gladis Massini-Cagliari, diz que faz parte de um movimento maior. "De rediscussão do nosso vestibular, por meio do qual estamos concebendo formas alternativas de ingresso na Unesp, como um melhor aproveitamento da nota do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e a busca de talentos entre participantes de olimpíadas estudantis e entre bolsistas de iniciação científica no ensino médio", afirmou.

“Acreditamos que a medida também está de acordo com os anseios da sociedade, uma vez que o ensino médio e a grande maioria dos cursinhos pré-vestibulares finalizam suas atividades no final de cada ano”, disse Massini-Cagliari.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Ministério Público se manifesta pela legalidade de escolas com a PM

Promotoria de Educação emitiu nota técnica, afirmando que o projeto-piloto Escola de Gestão Compartilhada está em "consonância com os princípios norteadores da educação".

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) se posicionou pela legalidade do projeto-piloto Escola de Gestão Compartilhada, que coloca a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) na gestão disciplinar de quatro escolas da rede pública. A Promotoria de Educação emitiu uma nota técnica em que diz que a portaria conjunta das Secretarias de Educação e Segurança Pública está em "consonância com os princípios norteadores da educação".

O documento, assinado pelas promotoras Cátia Gisele Vergara e Márcia da Rocha, atesta em sua conclusão que a entrega da gestão disciplinar aos militares é legal e tem vistas aos "princípios norteadores da educação, entre os quais o da gestão democrática, universalidade e gratuidade do ensino público, e com a efetiva realização das finalidades educacionais: pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho."

As promotoras apresentam os argumentos pela legalidade da gestão compartilhada em 16 páginas. Elas começam citando os números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017, em que a instituição de destaque foi o Colégio Militar de Brasília, com 7,3 pontos. Outras escolas militares figuraram em segundo e terceiro lugar.

Continua depois da publicidade

"É de conhecimento público o aumento da demanda, por parte da sociedade civil, de matrículas em escolas militares no âmbito do DF, sendo certo que uma das motivações é a qualidade de ensino revelado nos resultados do Ideb", destacam as promotoras.

"Processo democrático"

No texto, as promotoras destacam que "as unidades escolares selecionadas não foram obrigadas a aderir à execução do projeto-piloto Escola de Gestão Compartilhada, tanto que, como relatado anteriormente, foram promovidas reuniões com equipes gestoras e comunidade escolar, havendo a aprovação da implementação nas quatro escolas públicas."

O modelo de gestão compartilhada foi implementado em quatro escolas do DF: Centro Educacional (CED) 1 da Estrutural; CED 3 de Sobradinho; CED 308 de Recanto das Emas; e CED 7 de Ceilândia. Os estudantes precisam entoar o Hino Nacional diariamente, fazem filas para sair de sala e só podem se dirigir aos professores como senhor ou senhora. Aos colegas, eles precisam dizer "aluno" antes de falarem o nome da pessoa - como "aluno Paulo" ou "aluna Júlia".

O Correio visitou três escolas que aderiram o novo modelo de gestão. Alunas ainda usam cabelos soltos e, meninos, blusas de time de futebol, bermudas e bijuterias nas orelhas. Quando as fardas chegarem, as meninas serão obrigadas a usar coque e, os alunos, cabelo curto.

Para a aplicação da nova gestão, as escolas realizaram encontros e deliberaram favoravelmente à entrada da PMDF.

Argumento jurídico

"O projeto-piloto Escola de Gestão Compartilhada implementado no atual Governo do Distrito Federal tem boas perspectivas de vir a apresentar resultados satisfatórios na melhoria do processo de aprendizagem em regiões de elevada vulnerabilidade social e violência", acreditam as promotoras.

O argumento jurídico para o MPDFT se posicionar favoravelmente à proposta se sustenta no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que atribui ao poder público o dever de assegurar a efetivação de direitos à vida, saúde, educação, entre outros. O entendimento é de que a presença dos militares possa trazer proteção integral da criança e do adolescente.

"Policiais com formação em psicologia, assistência social e outras áreas de ciências comportamentais se aproximam da classe estudantil, indo para dentro das salas de aula e conseguem evitar que muitos alunos se envolvam com as drogas", comentam.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Fies 2019 encerra nesta quinta inscrições para a seleção do 1º semestre
Programa oferece 100 mil contratos de financiamento para estudante pagar mensalidade em cursos de graduação em universidades privadas. Resultado sai no dia 25.

As inscrições para a seleção do primeiro semestre do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) terminam nesta quinta-feira (14). Segundo o Ministério da Educação, o resultado será divulgado em 25 de fevereiro.

As inscrições devem ser feitas no endereço <http://fiesselecao.mec.gov.br>.

Na página, o candidato poderá definir a preferência de curso, turno e instituição de ensino e, depois, indicar até três outras possibilidades de graduação para a qual deseja financiamento.

Modalidades do Fies

Desde 2018, o fundo tem duas modalidades: o Fies, destinado a alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos por mês, com juro igual a zero, e com limite de cem mil vagas por ano; e o P-Fies, para alunos com renda que vai de três a cinco salários mínimos, com juros que variam de acordo com os bancos, e sem limite de vagas.

Nos dois casos, o pré-requisito é nota mínima de 450 pontos na prova do Enem, sem zerar a redação. Esses critérios continuam valendo em 2019. Mas a regra para ser chamado para o P-Fies mudou: a convocação será feita por ordem de inscrição e não a classificatória. Em 2018, apenas 0,34% das vagas do P-Fies foram preenchidas.

Além disso, os candidatos poderão conseguir financiamento de até 50% da mensalidade, "desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre", explicou o MEC.

Quem pode tentar o Fies?

Na modalidade principal, os candidatos serão classificados de acordo com a nota do Enem. Terão preferência aqueles que, na ordem:

não terminaram o ensino superior e não tiveram financiamento estudantil
não terminaram o ensino superior, já tiveram financiamento estudantil e quitaram a dívida
já tenham se formado no ensino superior, tenham recebido financiamento estudantil e já tenham quitado

Caso haja empate, os candidatos serão classificados de acordo com:

- a maior nota na redação;
- a maior nota na prova de linguagens
- a maior nota na prova de matemática
- a maior nota na prova de ciências da natureza
- a maior nota na prova de ciências humanas

Quem não pode participar?

A portaria veda a participação de candidatos que já tenham financiamento vigente ou que estejam inadimplentes com o Fies ou com o Programa de Crédito Educativo.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Educação : GDF turbinar salário de diretores e anuncia nova gratificação
Reajuste nas funções de diretores e vices será de 15%. Coordenadores pedagógicos ganharão bônus de R\$ 400 por mês**

O Governo do Distrito Federal (GDF) decidiu turbinar as gratificações de diretores e vice-diretores de escolas, além de criar gratificação especial para os coordenadores pedagógicos da rede pública educacional. A confirmação foi dada ao Metrôpoles, nesta quarta-feira (13/2), pelo secretário de Educação, Rafael Parente.

Segundo o gestor, a decisão partiu do governador, Ibaneis Rocha (MDB), que deve encaminhar já na próxima semana projeto de lei com as alterações para a Câmara Legislativa (CLDF).

Sem reajustes há cinco anos, os responsáveis pelas escolas públicas terão um aumento de 15% sobre a gratificação atual, que varia de R\$ 473,50 a R\$ 2.196,49, a depender do tamanho da unidade educacional. Já os coordenadores pedagógicos passarão a receber R\$ 400 como bônus pela função exercida. Eles são eleitos pelos professores da própria escola e têm como principal atribuição implementar as políticas pedagógicas da pasta nas unidades escolares. O cargo é ocupado por professores de educação básica e a distribuição é feita de acordo com o número de turmas de cada unidade.

“Considero essa medida muito importante e louvável, considerando que nosso trabalho é bem pesado e de muita importância, já que somos o elo entre os professores e alunos. Também participamos da formação de palestras, seminários e reuniões para que possamos transmitir para os professores, ajudando na formação dos docentes e, conseqüentemente, dos alunos, que são nosso foco principal”, disse Karine Freitas, coordenadora pedagógica do Centro Educacional 1, da Estrutural, um dos primeiros a ter a gestão compartilhada com a Polícia Militar do DF.

O Palácio do Buriti calcula impacto de R\$ 5,5 milhões aos cofres públicos por ano. Apenas com a nova gratificação, o GDF terá um gasto a mais de R\$ 1 milhão todo ano. “Nosso maior objetivo com isso é valorizar os profissionais da educação. Hoje, o olhar

pedagógico está sendo evidenciado e priorizado. Nosso próximo objetivo é que benefícios cheguem também a todos os professores e servidores da secretaria”, disse Rafael Parente.

Atualmente, 2,5 mil coordenadores pedagógicos atuam na rede pública educacional. A Secretaria de Educação do Distrito Federal conta com 680 escolas, nas 14 regionais de ensino. Entre essas, 601 são urbanas e 79 são rurais. Além disso, a rede possui 54 centros de educação da primeira infância (Cepis) e 60 unidades conveniadas. O total de unidades escolares é 792.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

PGR quer destinar R\$ 191 mi de delatores da Lava Jato para educação básica Dodge enviou ao Supremo uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada

A procuradora-geral, Raquel Dodge, enviou ao Supremo uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada a programas de educação básica do MEC.

Se a medida for autorizada pela Corte, serão revertidos mais de R\$ 191 milhões que, segundo a Procuradoria, “poderão ser utilizados na melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática”.

Na sexta-feira(8), a procuradora já havia solicitado que multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial fosse destinada integralmente ao Ministério da Educação.

As novas petições da PGR foram endereçadas ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, informou a Secretaria de Comunicação Social da PGR.

Por força de cláusulas de confidencialidade, os nomes dos colaboradores permanecem em sigilo.

Tratam-se de acordos, homologados pela Justiça, celebrados entre o Ministério Público Federal e ex-executivos de empreiteiras envolvidas em desvios de recursos públicos da Petrobrás, investigados na Operação Lava Jato.

Em alguns casos, o montante a ser pago por somente uma pessoa ultrapassa R\$ 78 milhões.

A procuradora-geral afirma “não haver impedimento legal para a destinação do dinheiro de multa ou perdimento de bens a programas do MEC”.

Ela reforça ainda a importância da medida “em razão do interesse público em formar cidadãos numa sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa e solidária, repudiando toda forma de corrupção”.

A opção pela educação básica resultou de tratativas estabelecidas com o MEC, feita pela própria Procuradoria-Geral, que solicitou informações sobre como efetivar esse tipo de transferência, “com observância de regras orçamentárias e de auditoria pública”.

Em resposta, o ministério sugeriu a alocação nas ações orçamentárias “Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica”, “Apoio a Infraestrutura para a Educação Básica” e/ou “Aquisição de Veículos para Transporte Escolar da Educação Básica”, no âmbito do Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE).

Segundo a Procuradoria, as ações do MEC “destinam-se ao desenvolvimento, universalização e melhoria do processo educacional em todas as etapas e modalidades da educação básica; apoio a instituições públicas de todas as esferas do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino; apoio à implementação de programas e políticas para a educação básica geridos pelo MEC e unidades vinculadas”.

Os programas contemplam ainda a construção, ampliação, reforma e adequação de espaços escolares e aquisição de mobiliário e equipamentos, além de apoio à infraestrutura e ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação.

Também está prevista a aquisição de veículos padronizados e de acessórios de segurança para o transporte escolar nas redes públicas de educação básica, prioritariamente da zona rural.

Nas petições, Raquel destaca “a importância da destinação desses valores ao MEC, seja pelo simbolismo da medida, já que é pela educação que se desenvolve a cidadania, valores éticos e morais que refletem em mudança de comportamento e de práticas nocivas à sociedade, seja para valorizar este serviço de relevância pública, definido na Constituição e na Lei Complementar 75/93”.

A procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu ao Supremo, nesta sexta-feira (8), que a multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial seja destinada integralmente ao Ministério da Educação.

O valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, por executivos da empreiteira.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados

Agência Brasil

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse hoje (13) que vai instalar, nos próximos dias, uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O fundo é usado por estados e municípios para cobrir grande parte dos gastos com educação pública.

O assunto foi tema da reunião de Maia com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na tarde desta quarta-feira. O ministro compareceu à Câmara para tratar de assuntos de interesse da pasta. Segundo Maia, o Fundeb foi o principal tema. “Ele veio se apresentar. Está preocupado com a pauta do MEC. Eu disse que deveremos instalar, nos próximos dias, a comissão especial da PEC do Fundeb, que é tema fundamental e que tem prazo, porque vai vencer”, disse Maia à Agência Brasil.

Com o fim da última legislatura da Câmara dos Deputados, a PEC 15/15, que vinha sendo discutida em comissão especial, foi arquivada. No último dia 4, em sessão plenária, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que foi relatora da proposta, apresentou requerimento para desarquivar a PEC, mas, até o momento, a Proposta de Emenda à Constituição ainda não foi desarquivada.

Outra pauta que é defendida pelo governo desde a campanha eleitoral é o Escola sem Partido, que também foi arquivado com o fim da última legislatura. Segundo Maia, o projeto não foi assunto da reunião de hoje com o ministro.

Comissões

Apesar de não haver prazo regimental, líderes e presidência negociam a instalação das comissões permanentes da Casa até o final do mês. Já as comissões especiais são criadas conforme a necessidade. Maia garantiu que será criada uma comissão especial do Fundeb.

O Fundeb, criado em 2006, deixará de existir em 2020, caso não seja prorrogado o prazo de vigência. A PEC 15/15 torna o fundo permanente. O Fundeb é formado por parte da arrecadação de estados e municípios, além de complementação da União. Os recursos devem ser investidos tanto no pagamento de professores quanto em melhorias nas escolas. A estimativa de receita do fundo para este ano é de R\$ 156 bilhões.

Um dos pleitos de estados e municípios é que a União, ente que mais arrecada impostos, aumente a porcentagem de transferência de recursos, que atualmente é equivalente a 10% das contribuições dos demais entes.

Dorinha propõe o aumento da complementação da União para o fundo, de 10% para, no mínimo, 30% da participação dos estados e municípios. Esse aumento deverá ser feito de forma gradual.

O assunto é de interesse de deputados recém empossados, como a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que tem a educação como prioridade no mandato. “Não é uma pauta super polêmica, não é a pauta ideológica que viraliza nas redes, mas é uma pauta com potencial de impacto gigantesco na qualidade e equidade da educação. A comissão avançou muito no ano passado, então acho que não vai começar do zero, temos meio caminho andado já”.

A deputada irá propor que entes que tenham boas práticas de ensino e que apresentarem melhora no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – que mede por avaliações nacionais o desempenho das escolas – sejam recompensados por isso. “O Fundeb nos dá a possibilidade de criar mecanismos para que aqueles municípios que acabarem com a indicação política [para a direção da escola], aqueles municípios que garantirem uma formação continuada séria dos professores, que melhorarem o Ideb, consigam ter um incentivo fiscal. Acho que é uma inovação que a gente não pode perder a oportunidade de apresentar”, diz.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

Inscrições para o Fies se encerram nesta quinta-feira

Programa oferece opções de financiamento para estudantes ingressarem em instituições privadas de ensino; resultados saem no próximo dia 25

Acabam nesta quinta-feira 14 as inscrições para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O programa, que oferece opções de financiamento em instituições de ensino privadas, disponibiliza nesta edição 100 mil vagas na modalidade juro zero e 450 mil na modalidade P-Fies, segundo números divulgados pelo Ministério da Educação (MEC).

As inscrições começaram no dia 7 de fevereiro e o registro deve ser feito pelo site oficial.

O Fies a juro zero é voltado para alunos cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não ultrapasse três salários mínimos. Já o P-Fies, para estudantes cuja renda familiar bruta mensal por pessoa não exceda cinco salários mínimos.

O financiamento mínimo na modalidade juro zero é de 50% do curso escolhido, desde que o limite financiável não passe de R\$ 42.983,70 por semestre. Essa condição passou a valer a partir da edição do segundo semestre de 2018.

Podem participar os estudantes que fizeram o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a partir da edição de 2010, e obtiveram média das notas nas provas igual ou superior a 450. Além disso não podem ter zerado a redação.

Os bolsista parciais do Programa Universidade para Todos (ProUni), ou seja, aqueles que têm bolsa de 50% da mensalidade, poderão participar do processo seletivo do Fies e financiar a parte da mensalidade não coberta pela bolsa.

Cronograma

O Fies oferece financiamento para cobrir os custos das mensalidades de instituições privadas de ensino superior. Na página do Fies está disponível uma sessão de perguntas e respostas para tirar as dúvidas, como como será feito o pagamento do financiamento, quais as taxas que serão cobradas e quais os benefícios concedidos.

O resultado da pré-seleção referente ao processo seletivo do primeiro semestre de 2019 para as modalidade Fies e P-Fies será divulgado no dia 25 de fevereiro.

Os candidatos pré-selecionados na modalidade Fies, deverão acessar o FiesSeleção, e complementar sua inscrição para contratação do financiamento no referido sistema, no período de 26 de fevereiro a 7 de março. A pré-seleção dos participantes da lista de espera será de 27 de fevereiro a 10 de abril.

(Com Agência Brasil)

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

**Ministro da Educação diz que universidades públicas não serão privatizadas
Ricardo Vélez declarou que as instituições são um "patrimônio do Brasil" e que devem ser geridas com "total transparência"**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, afirmou, nesta terça-feira 13, pelo Twitter, que as universidades públicas não serão privatizadas. “As Universidades Públicas são patrimônio da Nação. Não serão privatizadas. Mas serão geridas com total transparência, a fim de que os brasileiros saibam, tintim por tintim, como é utilizado o suado dinheiro que sustenta essas instituições. Menos Brasília e mais Brasil!”, escreveu.

A privatização vinha sendo apontada como solução para a crise financeira pela qual passam essas instituições de ensino, mas o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia se pronunciado oficialmente sobre a questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o país tem hoje 2.448 instituições de ensino superior. Dessas, 296 são públicas e 63 são universidades federais, ligadas diretamente ao MEC. As públicas concentram mais de 2 milhões de matrículas, 24,7% do total dos universitários do país.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a lei que estipula metas para melhorar a qualidade da educação brasileira até 2024, o Brasil deve incluir um terço, ou seja, 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior até o fim da vigência da lei. Atualmente, essa porcentagem é cerca de 23%, considerando também os que já se formaram.

Já a taxa bruta de matrícula, ou seja, total de estudantes matriculados, independentemente da idade, deve ser equivalente a metade da população total de 18 a 24 anos. Essa porcentagem é cerca de 35%.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

PEC do Fundeb deve voltar a ser discutida na Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse hoje (13) que vai instalar, nos próximos dias, uma comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/15, que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). O fundo é usado por estados e municípios para cobrir grande parte dos gastos com educação pública.

O assunto foi tema da reunião de Maia com o ministro da Educação, Ricardo Vélez, na tarde desta quarta-feira. O ministro compareceu à Câmara para tratar de assuntos de interesse da pasta. Segundo Maia, o Fundeb foi o principal tema. "Ele veio se apresentar. Está preocupado com a pauta do MEC. Eu disse que deveremos instalar, nos próximos dias, a comissão especial da PEC do Fundeb, que é tema fundamental e que tem prazo, porque vai vencer", disse Maia à Agência Brasil.

Com o fim da última legislatura da Câmara dos Deputados, a PEC 15/15, que vinha sendo discutida em comissão especial, foi arquivada. No último dia 4, em sessão plenária, a deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que foi relatora da proposta, apresentou requerimento para desarquivar a PEC, mas, até o momento, a Proposta de Emenda à Constituição ainda não foi desarquivada.

Outra pauta que é defendida pelo governo desde a campanha eleitoral é o Escola sem Partido, que também foi arquivado com o fim da última legislatura. Segundo Maia, o projeto não foi assunto da reunião de hoje com o ministro.

Comissões

Apesar de não haver prazo regimental, líderes e presidência negociam a instalação das comissões permanentes da Casa até o final do mês. Já as comissões especiais são criadas conforme a necessidade. Maia garantiu que será criada uma comissão especial do Fundeb.

O Fundeb, criado em 2006, deixará de existir em 2020, caso não seja prorrogado o prazo de vigência. A PEC 15/15 torna o fundo permanente. O Fundeb é formado por parte da arrecadação de estados e municípios, além de complementação da União. Os recursos devem ser investidos tanto no pagamento de professores quanto em melhorias nas escolas. A estimativa de receita do fundo para este ano é de R\$ 156 bilhões.

Um dos pleitos de estados e municípios é que a União, ente que mais arrecada impostos, aumente a porcentagem de transferência de recursos, que atualmente é equivalente a 10% das contribuições dos demais entes.

Dorinha propõe o aumento da complementação da União para o fundo, de 10% para, no mínimo, 30% da participação dos estados e municípios. Esse aumento deverá ser feito de forma gradual.

O assunto é de interesse de deputados recém empossados, como a deputada Tabata Amaral (PDT-SP), que tem a educação como prioridade no mandato. "Não é uma pauta super polêmica, não é a pauta ideológica que viraliza nas redes, mas é uma pauta com potencial de impacto gigantesco na qualidade e equidade da educação. A comissão avançou muito no ano passado, então acho que não vai começar do zero, temos meio caminho andado já".

A deputada irá propor que entes que tenham boas práticas de ensino e que apresentarem melhora no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) - que mede por avaliações nacionais o desempenho das escolas - sejam recompensados por isso. "O Fundeb nos dá a possibilidade de criar mecanismos para que aqueles municípios que acabarem com a indicação política [para a direção da escola], aqueles municípios que garantirem uma formação continuada séria dos professores, que melhorarem o Ideb, consigam ter um incentivo fiscal. Acho que é uma inovação que a gente não pode perder a oportunidade de apresentar", diz.

AGÊNCIA SERTÃO - TEMPO REAL

Mestrado em Direito da UniFG encerra inscrições nesta sexta-feira

O Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) do Centro Universitário UniFG inscreve até esta sexta-feira (15) para o Mestrado em Direito. Podem se inscrever alunos egressos de cursos de graduação em Direito ou áreas afins. Com área de concentração em Fundamentos e Efetividade do Direito, o Mestrado possui duas linhas de pesquisa: Ética, autonomia e fundamentos do Direito e Democracia, processo e efetividade do Direito.

As inscrições podem ser feitas pelo site do programa. Para maiores informações os interessados podem entrar em contato com o Programa de Pós-Graduação em Direito pelo e-mail mestrado@centrouniversitariounifg.edu.br. Confira o Edital 01/2019.

O Mestrado em Direito da UniFG foi aprovado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, em dezembro de 2015. Trata-se do primeiro Mestrado em direito do interior das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com área de concentração em Fundamentos e Efetividade do Direito. O programa conta com a participação de docentes de reconhecimento internacional na área do Direito.

O curso propõe-se ao estudo das matrizes teóricas que fundamentam o Direito e à investigação dos desafios e possibilidades de sua concretização. Com isso, a área de concentração busca contemplar, de forma integrada, toda a complexidade que caracteriza os fenômenos jurídicos nas sociedades contemporâneas. O mestrado é dimensionado para o período de 2 (dois) anos. A conclusão do curso pressupõe a integralização de um total de vinte e oito créditos, equivalente a 420 h/a. O mestrando deve cursar as três disciplinas obrigatórias, cada uma de três créditos (45h/a), além de quatro disciplinas eletivas, cada qual de dois créditos (30h/a).

A Linha de Pesquisa intitulada “Ética, Autonomia e Fundamentos do Direito” (LP1) tem como objeto de investigação as bases que estruturam o Direito, suas instituições e o próprio sistema de justiça, assumindo uma perspectiva teórica, filosófica, epistemológica. Discute o problema da validade do Direito e, igualmente, da metodologia aplicada à ciência do Direito. Estuda uma das principais conquistas do constitucionalismo do segundo pós-guerra: o elevado grau de autonomia do Direito – frente à Política, à Moral e à Economia, por exemplo –, cuja incidência afeta, diretamente, o campo da interpretação e da aplicação das normas jurídicas.

Já a Linha de Pesquisa intitulada “Democracia, Processo e Efetividade do Direito” (LP2) tem como objeto de investigação o problema relativo à concretização dos direitos, ao desempenho das instituições e ao funcionamento do sistema de justiça, assumindo uma perspectiva pragmática acerca da normatividade.

topo 

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Pesquisa da UFPE confirma que carnaval de Olinda é marcado pela espontaneidade

Famosa pelas ladeiras e pelos memoráveis bonecos gigantes, Olinda é reconhecida também por ter um dos maiores carnavais do mundo. Todos os anos, milhares de foliões brincam o carnaval na cidade. O engajamento dos foliões de Olinda não se resume apenas a curtir a festa. Existe também um viés gerencial do evento olindense, revelando uma intrincada relação de poder entre as diversas esferas decisórias, sejam institucionais ou espontâneas.

Essa foi a principal conclusão da pesquisadora Suélen Matozo Franco, doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco (Propad/UFPE). Ela analisou, na tese *No reinado de Momo, quem governa Olinda? - Governo, corpos e tecnologias políticas na organização do Carnaval de Olinda*, as relações de poder envolvidas no evento. O trabalho foi orientado pelo professor André Luiz Maranhão de Souza Leão.

Em relação à segurança, a pesquisadora concluiu que o Estado mobiliza tecnologias de poder com vistas a aumentar os ganhos obtidos durante a realização do festejo. A pesquisa indica, ainda, uma centralidade da administração pública no que diz respeito à provisão de recursos para que o festejo aconteça por parte da população. "Esse aspecto revela a relação entre a disponibilidade de recursos e as demandas do festejo e aponta para aspectos como eficiência, pontos críticos e contingências", afirma.

Já quanto às relações de mercado, a autora entende que são elas tidas como um importante marcador que orienta a administração pública. "O retorno sobre os investimentos termina por delinear uma relação que se mostra de mão dupla entre

governo e iniciativa privada, tendo como principal objetivo a perspectiva de ganho mútuo."

Prêmio

A pesquisadora entende que as conclusões do estudo apontam para a complexidade organizacional do festejo,. "São reveladas práticas de governo tanto da gestão pública quanto dos grupos de interesses diversos que integram o folguedo e novas racionalidades de governo ao longo das décadas", explica.

Ela usou uma abordagem qualitativa e parcialmente indutiva, baseada na teoria do filósofo francês Michel Foucault sobre o poder como lente para observação de um fenômeno. "Queríamos investigar como a organização do carnaval olindense era perpassada pelas relações de poder. Assim, foi necessário um recorte temporal que permitisse apreender as transformações. Por isso, investigamos quatro carnavais que distavam uma década entre si: 1986, 1996, 2006 e 2016", detalha.

O trabalho também usou dados da cobertura jornalística de jornais do estado, como o Diário de Pernambuco. As informações coletadas foram submetidas à Análise de Discurso Foucaultiana (ADF), por meio de um protocolo de análise sistematizado pelo orientador da pesquisa, que utilizou como base a obra Arqueologia do Saber, de Foucault.

O estudo, que recebeu o apoio da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe), foi eleito pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** como uma das 49 melhores teses defendidas em 2017, ficando como primeira colocada na área de concentração de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo. O prêmio foi entregue no dia 13 de dezembro de 2018, em Brasília.

topo ↕

JORNAL DA CIDADE – SP - TEMPO REAL

Eu, Universidade pública, drogada e prostituída

Recentemente, em evento sobre privatizações no BNDES, o Ministro Paulo Guedes dizia que “as estatais são como filhos que fugiram e hoje são drogados”. Embora ele não estivesse se referindo às Universidades públicas, parece-me que sua analogia se encaixa perfeitamente em uma análise do que ocorreu com elas ao longo das últimas décadas, mormente durante as administrações do PT. Na verdade eu iria, no que concerne a elas, além: Não apenas drogadas, elas foram prostituídas.

Assim, em um artigo aqui no ‘Jornal da Cidade Online’ eu citava diversos eventos, dissertações, teses, etc, que apontavam para a drogadição e para prostituição especialmente de nossas Universidades públicas, exemplos que, lamentavelmente, não são nem isolados nem exceções, mas que hoje fazem parte de nosso cotidiano (inclusive em Universidades privadas).

Na verdade, abundam casos como os por mim referidos naquele artigo (visitem um repositório de dissertações e teses, por exemplo, ou os sites de nossas Universidades e sua agenda de eventos). Dessa forma, há poucos dias ganhou alguma repercussão mais um exemplo que poderia ser acrescentado ao meu artigo suprarreferido. Trata-se de uma dissertação de mestrado em geografia da Universidade Federal de Rio Grande (FURG) intitulada “A produção das masculinidades e socio-espacialidades de homens que

buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tender em Rio Grande, RS”, custeada com dinheiro público seja pelo fato de ter sido desenvolvida em uma Universidade Federal, seja por seu autor ter recebido bolsa da **CAPES/MEC**. Ou seja, foi generosamente subsidiada pelos pagadores de impostos.

Não apenas isso, poderíamos também acrescentar mais um evento ao artigo citado, pois tem sido divulgada, nas últimas semanas, uma ‘Mostra internacional de pesquisa em cultura e sociedade’, a qual será realizada na UNIPAMPA (Jaguarão/RS), e que terá, em seus grupos de “trabalho” (sim: perverteram até mesmo a ideia de ‘trabalho’), temas como “Epistemologias descoloniais, feministas e populares”, passando por “Teorias foucaultianas e filosofia da diferença” (sim, não poderia faltar o perturbado Godfather de toda essa barbárie), “Educação para relações étnico-raciais com ênfase na educação e cultura quilombola” (sim, pois para os unguidos é mais importante saber sobre a cultura quilombola do que sobre os pilares de nossa civilização), etc.

Ou seja, trata-se de mais um evento estultificante realizado em uma Universidade Federal e custeado pelos pagadores de impostos. E qual o propósito de tal evento? Ora, promover os típicos mantras da esquerda: crítica ao “neoliberalismo”, ao patriarcado, ao homem branco, à heteronormatividade, ao conservadorismo, ao Ocidente de uma forma geral, etc. Não me surpreenderia se essa “mostra” começasse com o hino da Internacional Socialista e com gritos de “Lula livre”.

Mas o interessante é observar que essas dissertações, teses, eventos, etc, se escondem frequente e covardemente sob títulos aparentemente complexos, pomposos, os quais são, não obstante, totalmente vazios, sem significado (eles visam atingir a emoção, não a razão, causando alguma confusão no sujeito dotado de bom senso).

Em verdade, os exemplos que tenho citado expressam um pseudointelectualismo cujo propósito é apenas parecer algo inteligente, “superior”, para, assim, justificar seu custo para os pagadores de impostos. Mas ao final são apenas ocasiões para que alguns se divirtam de forma obscena com o dinheiro público. E esse pseudointelectualismo jaz sob uma arrogância acadêmica que torna a Universidade uma realidade virtual, uma “bolha” distante do mundo real e das pessoas reais (e, mesmo, da Ciência). Em sua defesa pública do trabalho citado (sobre a tal “produção das masculinidades e socio-espacialidades”) a orientadora afirma que a dissertação está “qualificada academicamente”, pois foi uma “pesquisa realizada com os rigores e rituais da produção científica”, ou seja, trata-se de uma “pesquisa com todas as condições acadêmicas de ser apresentada como uma dissertação de mestrado em geografia”, que “tem todas as condições de ser apresentada conforme os ritos acadêmicos”. Ela ainda menciona que a dissertação trata das “relações sócio-espaciais de poder”, bem como de “categorias de análise como gênero e sexualidades”. Ou seja, não podiam faltar os típicos mantras das “relações de poder” e de “gênero e sexualidades”, tão caros à mentalidade esquerdista vigente em nossas Universidades.

Mas eu realmente acredito que essa dissertação tenha sido realizada de acordo com os “rituais da produção acadêmica” (em sua área, é claro, pois áreas como as STEM - Science, technology, engineering, mathematics - ainda resistem bravamente à ideologização vigente em nossas Universidades. Desconheço alguma dissertação na engenharia, por exemplo, sobre algo bizarro tipo “Estudo teórico e experimental da junção de concretos de diferentes resistências na socio-espacialidade da fluidez sexual).

Não há dúvidas de que seu autor seguiu as regras, pois do contrário não teria sido subsidiado. Sequer teria ingressado em um programa de pós-graduação se não estivesse jogando de acordo com as regras.

Não obstante, penso que o problema é justamente esse: a existência de regras irrazoáveis que permitam o uso de recursos públicos para a diversão privada em pesquisas irrelevantes e burlescas cujo propósito é promover certas ideologias, e não o conhecimento (seu fomento e avanço).

Mas a questão é: que justifica tais regras (desses “ritos” tão estranhos a uma metodologia realmente científica)?

Ora, elas são justificadas com base na ‘opinião’ (eventualmente em ‘sentimentos’, ‘psicopatologias’, ‘ideologias’, etc.) daqueles que se assenhorearam das Universidades. Sua suposta autoridade (e “superioridade” em relação ao senso comum) os legitima a dizerem se um tema importa ou não (em geral tendo como critério os mantras tradicionais da esquerda, hoje dominante na Academia). Notem que, sempre que instados a justificar suas “pesquisas”, seus autores ou defensores evocam, ao invés de razões, a “autonomia universitária” (entendida por eles como cada um fazer o que lhe apraz), a “avaliação pelos pares”, bem como a pretensa (e injustificada) “cientificidade” de seu trabalho, algo que, segundo tais ungidos, não seria compreendido pelo “senso comum” (pagador de impostos que subsidia tais barbáries). A orientadora do trabalho chega a afirmar que há uma “diferença essencial entre a Ciência e senso comum”, deixando clara sua crença na suposta “cientificidade” da pesquisa por ela orientada e seu desdém pelo “senso comum” (uma categoria epistemologicamente complexa e importante, aliás, como deixa claro Stephen Boulter em seu seminal estudo – “The Rediscovery of Common Sense Philosophy”).

Mas por que desqualificar arrogantemente o senso comum? Ora, porque qualquer sujeito sensato (dotado de ‘bom senso’, de um ‘senso comum’ – de uma ‘razoabilidade’) percebe que há algo de errado com as pesquisas e eventos que citei. Somente alguém entorpecido pelo ambiente letárgico de nossas prostituídas Universidades adere ao discurso dos ungidos. O senso comum se apercebe que há algo errado, que a Universidade deveria ser o espaço para o ensino “superior”. Não apenas isso, que a Universidade, dado estar direcionada originariamente à verdade, ao conhecimento, deveria ser um meio para avanços científicos, sociais, econômicos, humanos, etc.

No entanto, tal não é o que ocorre sobretudo em algumas áreas (nomeadamente nas ‘humanidades’), pois nossas Universidades foram prostituídas, vilipendiadas para que alguns satisfizessem suas perversões, o que explica a razão de formarmos, no ensino “superior”, apenas 22% de estudantes proficientemente alfabetizados (capazes de ler, compreender, calcular, etc, de forma excelente), bem como de produzirmos um altíssimo número de artigos ditos “científicos” e termos um baixíssimo impacto internacional (pois o critério de cientificidade é a vontade dos ungidos). Os dados são inquestionáveis e mostram que mudanças radicais são necessárias e urgentes em nossas Universidades, que elas precisam ser reabilitadas.

Enquanto elas estiverem sob o efeito de entorpecentes e continuarem sendo prostituídas para a satisfação de algumas mentes torpes, as quais hoje ocupam inclusive suas

administrações, elas não serão um caminho para a prosperidade, mas para a miséria: miséria intelectual, moral, econômica, social, etc.

(Texto de Carlos Adriano Ferraz, graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com estágio doutoral na State University of New York (SUNY). Foi Professor Visitante na Universidade Harvard (2010). Atualmente é professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia, no qual orienta dissertações e teses com foco em ética, filosofia política e filosofia do direito.)

topo ↗

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Estão abertas as inscrições para o programa Capes-Fulbright

Inscrições para receber bolsas de doutorado pleno nos Estados Unidos estarão abertas até as 17h do dia 31 de março

Por meio de uma cooperação entre a **Capes** e a Comissão Fulbright, está aberto o período de candidatura para recepção de bolsas de doutorado pleno nos Estados Unidos. O edital nº 42/2018 prevê a oferta de 20 bolsas de até seis anos que abrangem todas as 49 áreas de avaliação da **Capes**. A submissão de propostas poderá ser feita até 31 de março, às 17h.

O Programa **Capes-Fulbright** de Doutorado Pleno dá visibilidade à produção científica, tecnológica e cultural brasileira. Um de seus objetivos é a formação de recursos humanos de alto nível nos Estados Unidos.

No mês passado, Luiz Valcov Loureiro, diretor executivo da Fulbright, visitou a presidência da **CAPES**, juntamente com representantes dos EUA. Um dos assuntos conversados foi a parceria entre as instituições no incentivo aos cursos voltados à formação de professores e de mulheres engenheiras, além do estreitamento das relações com universidades americanas.

topo ↗

PRAVDA.RU - TEMPO REAL

Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social - a história cobrará seu preço

O Ministro Paulo Guedes acredita que o Estado não é necessário para amparar os excluídos da prosperidade, MAS ele estudou na Universidade de Chicago com uma bolsa da **CAPES**, portanto paga pela Estado brasileiro. Não é uma incoerência? É evidente, mas como procurar coerência em quem não tem a mínima noção de seu País? A visão dele é de mercado, ele é um homem de mercado e não de Estado, a partir do Plano Real a economia do Brasil é regida por "homens de mercado" e não por homens de Estado, com Paulo Guedes se chega a expressão máxima dessa anomalia.

A Escola de Economia de Chicago está HOJE absolutamente fora da corrente mais moderna do pensamento econômico nos Estados Unidos.

É uma doutrina que já estava fora da lógica econômica ANTES da crise financeira de 2008, mas a partir dessa catástrofe, salva pelo Estado, a escola de Chicago foi enterrada, ninguém mais a leva a sério suas cartilhas démodées, sua visão simplista de mundo que nem aos EUA serviu. Teve um fugidio ciclo de glória nos anos 70 e 80 nos governos

Thatcher e Reagan com desdobramento nos porões do governo Pinochet no Chile mas mesmo no Chile o almanaque de Chicago foi arquivado com a queda humilhante do Ministro da Fazenda Sergio de Castro em 1982, um ícone de Chicago, episódio que aqui no Brasil os Chicago-boys jamais contam, o plano neoliberal da gestão Sergio de Castro, tão elogiado por quem não conhece a estória inteira, fez agua, levou o Chile a uma mega crise financeira e politica e uma completa troca da equipe econômica, o novo Ministro foi o General Enrique Montero, cuja politica foi um reverso da anterior com o ápice numa crise cambial incontrolável, lembrando o que ocorreu com a gestão Gustavo Franco no BC do Brasil.

A escola de Chicago no Chile conduziu a economia chilena ao desastre, Pinochet trocou de política muito antes de cair, lá NÃO foi um sucesso.

Mas em Chicago uma curiosa recorrência aconteceu. Os alunos medíocres de Milton Friedman, muitos deles brasileiros, puseram na cabeça somente alguns capítulos de sua cartilha. Friedman era muito mais inteligente que seus alunos e ele tinha perfeita consciência das limitações da economia de mercado para organizar uma sociedade. Friedman foi um dos primeiros proponentes de um mecanismo de amparo social aos que não conseguem competir por limitações que são da própria natureza e não de culpa individual e para esses desafortunados Friedman defende o amparo do Estado, seu modelo é uma raiz da " bolsa família. Essa parte das aulas de Friedman os fanáticos da economia de mercado não aprenderam e não repercutem. Também não contam o final da vida de Friedman, que reviu muitas de suas lições em longas conversas com Alan Greenspan, que mostrou a Friedman a complexidade operacional da política monetária que ia muito além do que Friedman, um acadêmico puro, pensava.

A ESCOLA DE CHICAGO E O BRASIL

O país modelo para o qual deveria se projetar uma economia de mercado nos moldes de Chicago é os Estados Unidos. Os maiores pensadores da economia como ciência, de Keynes a Gunnar Myrdall tinham plena consciência de que uma política econômica não é universal, ele depende de circunstâncias de tempo e lugar. Nessa linha o grande Albert Hirschmann, que viveu quase 100 anos, tive o prazer de conhece-lo pessoalmente, critica o modelo de análises categóricas e fora da realidade social que é habito em muitos economistas, dai ser ele o mestre quando se trata da economia em situações de desequilíbrio, que é o caro de países não desenvolvidos, é a "teoria do possibilismo", daquilo que é possível e não daquilo que é ideal na cartilha.

Nessa linha as escolas (no sentido de linhas de pensamento econômico) da Costa Leste americana, as " salt water schools" como Yale, Harvard, MIT e Princeton (esta a escola de Hirschmann) sempre negaram a doutrina de Chicago, escolas mais sofisticadas porque viam o mundo fora do ambiente exclusivamente americano, típico do ambiente do meio Oeste, que foi o grande defeito desde sempre da escola de Chicago, localizada no coração dos EUA, para qual o mundo começa e acaba nos Grandes Lagos.

O drama de Chicago é o catecismo ser ensinado a provincianos de países marginais sem bagagem cultural antecedente, sem visão mais ampla de Historia, de historia politica e econômica e de historia do pensamento econômico, aprendem um credo nessa escola também limitada, Chicago não é Nova York ou Boston como centro de cultura e a partir dai, como aluno treinado na "lição de casa", o convertido quer aplicar o credo no seu

Pais carente, que não tem nada a ver com o ambiente de negócios do meio oeste americano, nem tem a mesma sociedade, a mesma cultura popular, a mesma trajetória de Pais.

Como Paulo Guedes não tem obra publicada, muito ao contrario de um sofisticado intelectual como Roberto Campos, não se conhece sua visão de mundo e de Pais, apenas o "mercado" o conhece, o que é muito pouco para dirigir os destinos de um grande Pais.

A MAIS ALTA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO MUNDO

Em um país com 13 milhões de desempregados e na realidade 60 milhões de pessoas desocupadas, que repercutindo suas famílias chegam a 180 milhões de pobres ou de baixa ou nenhuma renda, com 66 milhões de endividados com nome "sujo" no SERASA, aplicar a frio nesse ambiente um tipo política de Chicago é uma loucura a frio. Significa aumentar a pobreza quando a função de um governo é diminuir a pobreza e melhorar as condições de vida.

A concentração de renda no Brasil é mais perversa ainda porque se localiza não no setor produtivo e sim no setor improdutivo.

O que significam bilionários cuja origem de fortuna não tem um tomate, um parafuso, um barbante?

O que é uma QUALICORP, uma empresa vendida por mais de um bilhão cujo negocio é ser corretora de planos de saúde, nem sequer é um plano de saúde?

Essa mesma empresa pagou 150 milhões de Reais ao seu fundador, depois que ele vendeu a empresa, para que ele não abrisse uma outra concorrente.

Ou uma XP, vendida por 6 bilhões de Reais, não produz absolutamente nada a não ser horrendos anúncios com Luciano Huck, seu negocio é intermediar venda de fundos de investimento, tudo isso girando LIVRE DE IMPOSTOS, os acionistas de bancos receberam em 2018, 37 bilhões de Reais de dividendos sem pagar um centavo de imposto de renda e em cima dessa situação vamos melhorar ainda mais a vida dos que já são ricos, tirando o pouco que os pobres tem?

Essa é a essência da politica desse Ministro de Chicago que pelo menos, louve-se, tem a franqueza de dizer o que pensa, quer acabar com toda a legislação trabalhista porque para ele é normal que o empregado negocie individualmente com o Banco Itaú seu salario e condições de trabalho, sem nenhuma garantia do Estado, é a "livre negociação de Chicago", dá certo nos EUA, porque não dará certo no Brasil?

Nos EUA de hoje a erosão social é um fato politico incontestável, está havendo um terremoto subterrâneo na politica americana por causa das más condições de emprego e renda, o capitalismo financeiro está levando os EUA ao debacle, Trump é efeito desse mal estar e a ele se seguirão políticos em ascensão na contramão desse capitalismo destrutivo, não há desemprego mas há muito subemprego mal pago, os EUA são hoje um Pais doente econômica e politicamente, a crise domestica americana é visível a olho nu e estamos aqui copiando exatamente a lição errada da escola ultrapassada.

A CONTA DO AUMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

O aumento da exclusão social por conta do projeto Paulo Guedes levará o país ao aumento de todas as distorções que já existem, começando na criminalidade, caminhando pela erosão na saúde pública, educação, situação ambiental, nada disso está no radar do Plano Paulo Guedes.

Um governo responsável trataria de uma política de inclusão social, com educação, emprego e melhoria dos serviços públicos. Absolutamente nada disso está no projeto Paulo Guedes, saudado como excelente pelo mercado e pela mídia, no entanto é um projeto DECLARADO de piora das condições de vida dos pobres com uma pífia, porque irreal, promessa de crescimento econômico que não virá porque a condição desse crescimento é exatamente o inverso do que o plano Paulo Guedes persegue, é uma POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL, tal qual faz magistralmente a Índia e a China, fazer crescer a economia pela inclusão de mais pobres no mercado e isso através de POLITICAS DE ESTADO e não deixando por conta do mercado, que não tem essa função.

O resultado será mais ou menos tempo uma guerra civil de classes ou a erupção de movimentos confrontacionistas em um País dilacerado pela pobreza crescente e sem rota de saída para uma economia em decomposição.

topo ↕

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Orçamento do CNPq terá redução de R\$ 400 milhões em 2019

Fim da pesquisa no Brasil? Principal agência de fomento à pesquisa científica no País, CNPq terá redução de 33% em seu orçamento e terá que zerar investimentos. Órgão paga cerca de 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores que formam a base da pirâmide de ciência e tecnologia

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) poderá perder mais um terço dos recursos em 2019, segundo a proposta orçamentária em discussão. Nesse caso, para não cortar bolsas, o órgão terá de praticamente zerar investimentos em pesquisa.

Pela proposta inicial, o orçamento do CNPq – principal agência de fomento à pesquisa científica no País – cairia de R\$ 1,2 bilhão para R\$ 800 milhões; uma redução de 33%. “É um valor inaceitável”, disse ao Estado, com exclusividade, o presidente do conselho, Mario Neto Borges. Só as bolsas atuais já custam mais do que isso: cerca de R\$ 900 milhões. O CNPq paga atualmente cerca de 80 mil bolsistas, em sua maioria jovens pesquisadores que formam a base da pirâmide de ciência e tecnologia no Brasil.

Diferentemente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – órgão do Ministério da Educação que financia a pós-graduação de forma geral e também alega não ter verba para suprir financiamentos em 2019 – o CNPq tem todas as bolsas atreladas a projetos de pesquisa.

A missão principal do conselho, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), é fomentar o desenvolvimento científico do País, ressalta Borges. Mas os cortes orçamentários dos últimos anos desidrataram o órgão de tal forma que só resta dinheiro para bolsas, e quase nada para auxílio à pesquisa.

No orçamento deste ano, R\$ 900 milhões são para bolsas e R\$ 300 milhões, para o financiamento de projetos. O órgão também recebe recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), mas são recursos sujeitos a contingenciamento.

Dois programas de importância estratégica para a ciência do País – já prejudicados fortemente pelos cortes orçamentários dos últimos anos – seriam diretamente afetados pela falta de recursos: o Edital Universal – voltado para jovens pesquisadores – e os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia.

“Confesso que estou perplexo”, disse o físico Luiz Davidovich, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “É a política de terra arrasada. O orçamento deste ano já é terrível, e agora pode ficar ainda pior.”

Borges disse que continuará dando prioridade ao pagamento das bolsas, já que, além de dar suporte à pesquisa, elas são um fonte de sustento de milhares de estudantes.

Justificativa

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão disse que os valores do orçamento ainda não estão fechados, e definiu apenas o montante total para cada pasta.

“A partir disso, cada ministério tem autonomia para decidir como vai aplicar seus recursos.”

Nesse caso, quem responde pelo orçamento do CNPq é o MCTIC. A pasta de Ciência e Tecnologia, comandada pelo ministro Gilberto Kassab, disse que os valores previstos são “suficientes para o custeio de atividades”, mas não para a realização de investimentos.

topo ↕

UFSC - TEMPO REAL

Conferência internacional sobre mudanças climáticas ocorre dia 20 de fevereiro

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina (PROPG/UFSC), no âmbito do projeto CAPES/PRINT, promove a conferência “Mapping Ecosystem Services”, com o professor Timothy Cadman, da Griffith University, Austrália. A conferência tratará sobre sustentabilidade, ciência e ética em tempos de mudanças climáticas. O evento ocorre na próxima quarta-feira, 20 de fevereiro, às 14 h, no auditório do Departamento de Engenharia Mecânica.

Mais informações pelo e-mail Esta imagem contém um endereço de e-mail. É uma imagem de modo que spam não pode colher. ou na página da PROPG.

topo ↕

BOMBEIROS - DF - TEMPO REAL

CLDF REJEITA PROJETO QUE SUSPENDIA MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS

Por 15 votos a 5, proposta do deputado Leandro Grass (Rede) nem chegou a passar pela CC.

O projeto de decreto legislativo que suspendia o processo de militarização em quatro escolas da rede pública foi rejeitado, nesta terça-feira (12/2), pela Câmara Legislativa (CLDF), por 15 votos a 5. A proposta do deputado Leandro Grass (Rede) defendia que a gestão compartilhada deveria ter sido feita por projeto de lei e não por meio de portaria,

mas ela nem chegou a passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Para Grass, o texto retira a autonomia das escolas, ao passo que policiais e bombeiros passam a ter poder administrativo. O parlamentar leu uma portaria do governo federal que proíbe os militares de serem alocados em unidades não voltadas à segurança pública.

“Senhores deputados, caso o governo local não ressarça os cofres públicos, pode vir a perder o próprio Fundo Constitucional, que é quem sustenta a Educação, a Saúde e, principalmente, a Segurança. Será que o governador vai querer perdê-lo por desvio de função?”, argumentou Grass.

Rodrigo Delmasso (PRB) rebateu. Segundo ele, não haverá cessão dos militares, mas sim uma cooperação técnica. O perrebita destacou haver um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que disciplina a medida.

Ex-professor de cursinhos preparatórios, Reginaldo Veras (PDT) foi outro a criticar a medida imposta pelo governador, Ibaneis Rocha (MDB). “A gente entende que a polícia é importante, sim, mas do portão para fora, no máximo na portaria, controlando a entrada e saída de alunos. Quer trabalhar dentro da escola, faça concurso público. Não dá para aceitar essa cortina de fumaça de um governo que não tem política educacional”, criticou Veras.

Veja como ficou a votação na CCJ:

Votaram com o governo:

Claudio Abrantes
Daniel Donizet
Delmasso
Hermeto
Iolando
Jaqueline Silva
José Gomes
Jorge Viana
Júlia Lucy
Martins Machado
Reginaldo Sardinha
Roosevelt Vilela
Telma Rufino
Valdelino Barcelos
Rafael Prudente

Votaram contra o governo:

Arlete Sampaio
Chico Vigilante
Fabio Félix
Leandro Grass
Reginaldo Veras

Ausentes:

Agaciel Maia

Eduardo Pedrosa

João Cardoso

Robério Negreiros

topo ↕

BRASÍLIA DE FATO - TEMPO REAL

Comissões aprovam projeto que cria o cartão material escolar

O texto passou pelas comissões de Economia, Orçamento e Finanças (CEOF), Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Saúde e Cultura (CESC)

O projeto de lei nº 119/2019, do Executivo, que cria o programa do cartão material escolar para alunos da rede pública de baixa renda, foi aprovado na manhã desta terça-feira (12) por três comissões da Câmara Legislativa do Distrito Federal e deve entrar na pauta da sessão ordinária ainda na tarde de hoje.

Na quinta-feira da semana passada, os líderes partidários fecharam acordo para votação da proposta na sessão de hoje. O texto aprovado é o mesmo encaminhado pelo Executivo. As emendas vão ser analisadas e votadas em plenário. Os secretários da Fazenda, André Clemente, e da Educação, Rafael Parente, acompanharam as votações.

De acordo com a proposta, o cartão material escolar será oferecido, preferencialmente, a alunos da rede pública, beneficiários do Bolsa Família. O auxílio financeiro será operacionalizado pelo BRB e a estimativa de gastos do governo com o programa em 2019 é de R\$ 27,4 milhões, incluindo a confecção de 60 mil cartões.

A admissibilidade do projeto na CEOF foi aprovada com a condição de que o governo apresente até a votação em Plenário as estimativas de gastos para 2020 e 2021.

Durante a discussão na CEOF, a deputada Júlia Lucy (Novo) chegou a pedir o adiamento da análise da proposta até que o governo enviasse as informações. Para ela, o texto apresenta problemas como a ausência dos impactos financeiros, memória de cálculo e quantidade de beneficiários. A distrital disse que não é contra o mérito da proposta, mas destacou a importância do rigor no controle dos gastos públicos.

“Estamos tratando de dinheiro do povo, temos que tomar cuidado porque cada gasto recai sobre a população”, assinalou.

Apesar das ressalvas, o projeto foi aprovado na CEOF com três votos favoráveis e o voto contrário da deputada Júlia Lucy.

Emendas – Os relatores da matéria na CCJ, deputado Daniel Donizet (PSL), e na CESC, deputado Jorge Vianna (Podemos), proferiram pareceres favoráveis ao projeto. No entanto, integrantes da CCJ criticaram a posição do Executivo, que alertou os parlamentares sobre a possibilidade de apresentar muitas emendas ao texto.

“O fato de o projeto ser de competência privativa do Executivo não impede a apresentação de emendas parlamentares”, argumentou Donizet.

Posição também manifesta pelo deputado Roosevelt Vilela (PSB), que se disse “incomodado” com a postura do Executivo, que parece “querer ensinar ao Legislativo como fazer seu trabalho”.

Compra do material – O deputado Prof. Reginaldo Veras (PDT), integrante da CCJ e da CESC, defendeu a compra direta do material escolar pelas famílias e rechaçou a outra opção prevista no projeto, que é a aquisição do material pela Secretaria de Educação e distribuição aos estudantes. Veras argumentou que a compra direta respeita a individualidade, fomenta a economia local e evita a baixa qualidade dos produtos adquiridos pelo Estado, a exemplo do que já ocorreu no passado no País, ao citar o “lápiz que quebrava a ponta o tempo todo e os cadernos de brochura que se desfaziam”. Ainda durante a discussão da matéria na CESC, o deputado Rodrigo Delmasso (PRB) alertou para a questão da transparência no processo de compra. Segundo ele, o governo precisará publicar quais são as papelarias e livrarias credenciadas, e o gasto efetuado por cada estudante.

Participaram da reunião da CCJ os deputados Reginaldo Sardinha (Avante), Martins Machado (PRB), Roosevelt Vilela, Daniel Donizet e Reginaldo Veras, e na CESC os deputados Jorge Vianna, Jaqueline Silva (PTB), Arlete Sampaio (PT), Rodrigo Delmasso e Reginaldo Veras.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

UFSCar oferece curso rápido de bibliometria a distância

Formação é oferecida pelo Núcleo de Informação Tecnológica (NIT)

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) oferecerá curso a distância de bibliometria e indicadores científicos com 120 horas, a serem desenvolvidas entre 4 de março e 31 de maio deste ano. As vagas são limitadas, e as inscrições estão abertas até 1º de março, com desconto até 16 de fevereiro.

Podem participar do curso profissionais formados ou estudantes em áreas como gestão da informação e do conhecimento, inteligência competitiva e pesquisa, desenvolvimento e inovação, atuantes em instituições de Ciência e Tecnologia, agências de fomento à inovação ou empresas particulares. Informações e inscrições no site. O contato também pode ser feito pelo telefone (16) 3351-8551.

O curso visa o desenvolvimento de competências necessárias à compreensão, à elaboração e à análise de indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele é oferecido pelo Centro de Educação a Distância do Núcleo de Informação Tecnológica (NIT) do Departamento de Engenharia de Materiais (DEMa) da UFSCar, referência nacional em Inteligência Competitiva e Prospecção Tecnológica com mais de 20 anos de experiência. Durante a capacitação, que é interdisciplinar, os participantes aprenderão a analisar dados com o uso de diferentes softwares, com atividades teóricas e práticas que simulam situações reais.

A metodologia permite conciliar o estudo com a rotina de trabalho, com material didático disponível on-line, composto por videoaulas, textos e apresentações. O tempo de dedicação semanal é de aproximadamente dez horas, e o horário para realização do curso é totalmente flexível, ou seja, o estudante assiste ao conteúdo quando quiser.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

CLDF rejeita projeto que suspendia militarização das escolas do DF

Por 15 votos a 5, proposta do deputado Leandro Grass (Rede) nem chegou a passar pela CCJ

O projeto de decreto legislativo que suspendia o processo de militarização em quatro escolas da rede pública foi rejeitado, nesta terça-feira (12/2), pela Câmara Legislativa (CLDF), por 15 votos a 5. A proposta do deputado Leandro Grass (Rede) defendia que a gestão compartilhada deveria ter sido feita por projeto de lei e não por meio de portaria, mas ela nem chegou a passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Para Grass, o texto retira a autonomia das escolas, ao passo que policiais e bombeiros passam a ter poder administrativo. O parlamentar leu uma portaria do governo federal que proíbe os militares de serem alocados em unidades não voltadas à segurança pública.

“Senhores deputados, caso o governo local não ressarça os cofres públicos, pode vir a perder o próprio Fundo Constitucional, que é quem sustenta a Educação, a Saúde e, principalmente, a Segurança. Será que o governador vai querer perdê-lo por desvio de função?”, argumentou Grass.

Rodrigo Delmasso (PRB) rebateu. Segundo ele, não haverá cessão dos militares, mas sim uma cooperação técnica. O peerrebista destacou haver um parecer do Tribunal de Contas da União (TCU) que disciplina a medida.

Ex-professor de cursinhos preparatórios, Reginaldo Veras (PDT) foi outro a criticar a medida imposta pelo governador, Ibaneis Rocha (MDB). “A gente entende que a polícia é importante, sim, mas do portão para fora, no máximo na portaria, controlando a entrada e saída de alunos. Quer trabalhar dentro da escola, faça concurso público. Não dá para aceitar essa cortina de fumaça de um governo que não tem política educacional”, criticou Veras.

Veja como ficou a votação na CCJ:

Votaram com o governo:

Claudio Abrantes
Daniel Donizet
Delmasso
Hermeto
Iolando
Jaqueline Silva
José Gomes
Jorge Viana
Júlia Lucy
Martins Machado
Reginaldo Sardinha
Roosevelt Vilela
Telma Rufino
Valdelino Barcelos
Rafael Prudente

Votaram contra o governo:

Arlete Sampaio
Chico Vigilante
Fabio Félix

Leandro Grass
Reginaldo Veras

Ausentes:
Agaciel Maia
Eduardo Pedrosa
João Cardoso
Robério Negreiros

Metodologia

Segundo o secretário de Segurança do Distrito Federal, inicialmente deve ser elaborada uma metodologia de seleção para levar a militarização às outras unidades. “Fomos muito procurados por pais e alunos sedentos pelo projeto. Estamos fazendo estudos para ampliar”, ressaltou Anderson Torres.

Além do centro de ensino da Estrutural, o novo formato de gestão compartilhada com a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) começou a funcionar: no CED 3, em Sobradinho; no CED 7, em Ceilândia; e no CED 308, no Recanto das Emas.

Para Rafael Parente, titular da Secretaria de Educação, a medida “é um sonho de várias pessoas”. “Temos uma missão de oferecer educação de excelência para todos. Se hoje estamos aqui, é porque tivemos boas oportunidades educacionais e bons professores”, frisou.

topo ↕

RADAR SANTA MARIA - DF - NOTICIAS

CLDF rejeita projeto que suspendia militarização das escolas do DF

Escrito por radarsantamaria on 12 de fevereiro de 2019

O Projeto de Decreto Legislativo que suspendia o processo de militarização em quatro escolas da rede pública foi rejeitado, nesta terça-feira (12/2), pela Câmara Legislativa, por 15 votos a 5. A proposta do deputado Leandro Grass (Rede) defendia que a gestão compartilhada deveria ter sido feita por projeto de lei e não por meio de portaria, mas ela nem chegou a passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa.

Para Grass, o texto retira a autonomia das escolas, ao passo que policiais e bombeiros passam a ter poder administrativo. O parlamentar leu uma portaria do governo federal que proíbe os militares de serem alocados em outras unidades que não voltadas à segurança pública.

“Senhores deputados, caso o governo local não ressarça os cofres públicos, pode vir a perder o próprio Fundo Constitucional, que é quem sustenta a Educação, a Saúde e, principalmente, a Segurança. Será que o governador vai querer perde-lo por desvio de função?”, argumentou Grass.

Ex-professor de cursinhos preparatórios, Reginaldo Veras (PDT) foi outro a criticar a medida imposta pelo governador Ibaneis Rocha (MDB). “A gente entende que a polícia é importante, sim, mas do portão para fora, no máximo na portaria controlando a entrada e saída de alunos. Quer trabalhar dentro da escola, faça concurso público. Na dá para aceitar essa cortina de fumaça de um governo que não tem política educacional”, criticou Reginaldo Veras.

Veja como ficou a votação na CCIJ:

Votou com o governo:

Claudio Abrantes
Daniel Donizet
Delmasso
Hermeto
Iolando
Jaqueline Silva
José Gomes
Jorge Viana
Júlia Lucy
Martins Machado
Reginaldo Sardinha
Roosevelt Vilela
Telma Rufino
Valdelino Barcelos
Rafael Prudente

Votou contra o governo:

Arlete Sampaio
Chico Vigilante
Fabio Félix
Leandro Grass
Reginaldo Veras

Ausentes

Agaciel Maia
Eduardo Pedrosa
João Cardoso
Robério Negreiros

Metodologia

Segundo o secretário de Segurança do Distrito Federal, inicialmente deve ser elaborada uma metodologia de seleção para levar a militarização às outras unidades. “Fomos muito procurados por pais e alunos sedentos pelo projeto. Estamos fazendo estudos para ampliar”, ressaltou Anderson Torres.

Além do centro de ensino da estrutural, o novo formato de gestão compartilhada com a PMDF começou a funcionar no CED 3, em Sobradinho; no CED 7, em Ceilândia; e no CED 308, no Recanto das Emas.

Para Rafael Parente, titular da Secretaria de Educação, a medida “é um sonho de várias pessoas”. “Temos uma missão de oferecer educação de excelência para todos. Se hoje estamos aqui, é porque tivemos boas oportunidades educacionais e bons professores”, frisou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Dodge defende R\$ 191 milhões de delatores da Lava Jato para educação básica

Para a PGR, dinheiro deve ser usado na "melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática"

A procuradora-geral, Raquel Dodge, enviou ao Supremo uma série de petições em que requer a destinação de recursos de multas previstas em 31 acordos de delação premiada a programas de educação básica do MEC. Se a medida for autorizada pela Corte, serão revertidos mais de R\$ 191 milhões que, segundo a Procuradoria, "poderão ser utilizados na melhoria de todo o processo educacional, na aquisição de veículos para o transporte escolar na zona rural e de mobília e equipamentos de informática".

Na sexta-feira, 8, a procuradora já havia solicitado que multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial fosse destinada integralmente ao Ministério da Educação.

As novas petições da PGR foram endereçadas ao ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo, informou a Secretaria de Comunicação Social da PGR.

Por força de cláusulas de confidencialidade, os nomes dos colaboradores permanecem em sigilo.

Trata-se de acordos, homologados pela Justiça, celebrados entre o Ministério Público Federal e ex-executivos de empreiteiras envolvidas em desvios de recursos públicos da Petrobrás, investigados na Operação Lava Jato.

Em alguns casos, o montante a ser pago por somente uma pessoa ultrapassa R\$ 78 milhões.

A procuradora-geral afirma "não haver impedimento legal para a destinação do dinheiro de multa ou perdimento de bens a programas do MEC".

Ela reforça ainda a importância da medida "em razão do interesse público em formar cidadãos numa sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa e solidária, repudiando toda forma de corrupção".

A opção pela educação básica resultou de tratativas estabelecidas com o MEC, feita pela própria Procuradoria-Geral, que solicitou informações sobre como efetivar esse tipo de transferência, "com observância de regras orçamentárias e de auditoria pública".

Em resposta, o ministério sugeriu a alocação nas ações orçamentárias "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica", "Apoio a Infraestrutura para a Educação Básica" e/ou "Aquisição de Veículos para Transporte Escolar da Educação Básica", no âmbito do Fundo Nacional da Educação Básica (FNDE).

Segundo a Procuradoria, as ações do MEC "destinam-se ao desenvolvimento, universalização e melhoria do processo educacional em todas as etapas e modalidades da educação básica; apoio a instituições públicas de todas as esferas do governo que visem à melhoria da qualidade do ensino; apoio à implementação de programas e políticas para a educação básica geridos pelo MEC e unidades vinculadas".

Os programas contemplam ainda a construção, ampliação, reforma e adequação de espaços escolares e aquisição de mobiliário e equipamentos, além de apoio à

infraestrutura e ao uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação.

Também está prevista a aquisição de veículos padronizados e de acessórios de segurança para o transporte escolar nas redes públicas de educação básica, prioritariamente da zona rural.

Nas petições, Raquel destaca "a importância da destinação desses valores ao MEC, seja pelo simbolismo da medida, já que é pela educação que se desenvolve a cidadania, valores éticos e morais que refletem em mudança de comportamento e de práticas nocivas à sociedade, seja para valorizar este serviço de relevância pública, definido na Constituição e na Lei Complementar 75/93".

A procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu ao Supremo, nesta sexta-feira, 8, que a multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial seja destinada integralmente ao Ministério da Educação. O valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, por executivos da empreiteira.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez garante que universidades públicas não serão privatizadas

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, garantiu hoje (13), pelo Twitter, que as universidades públicas não serão privatizadas. "As Universidades Públicas são patrimônio da Nação. Não serão privatizadas. Mas serão geridas com total transparência, a fim de que os brasileiros saibam, tintim por tintim, como é utilizado o suado dinheiro que sustenta essas instituições. Menos Brasília e mais Brasil!", escreveu no Twitter.

A privatização vinha sendo apontada como solução para a crise financeira pela qual passam essas instituições de ensino, mas o Ministério da Educação (MEC) ainda não havia se pronunciado oficialmente sobre a questão.

De acordo com o Censo da Educação Superior, o país tem hoje 2.448 instituições de ensino superior. Dessas, 296 são públicas e 63 são universidades federais, ligadas diretamente ao MEC. As públicas concentram mais de 2 milhões de matrículas, 24,7% do total dos universitários do país.

Pelo Plano Nacional de Educação (PNE), a lei que estipula metas para melhorar a qualidade da educação brasileira até 2024, o Brasil deve incluir um terço, ou seja, 33% da população de 18 a 24 anos no ensino superior até o fim da vigência da lei. Atualmente, essa porcentagem é cerca de 23%, considerando também os que já se formaram.

Já a taxa bruta de matrícula, ou seja, total de estudantes matriculados, independentemente da idade, deve ser equivalente a metade da população total de 18 a 24 anos. Essa porcentagem é cerca de 35%.

EXTRA - RJ - CIDADES

Educação só gasta 15% de verba para reformas

O prefeito Marcelo Crivella usou, no ano passado, só 15% da verba que tinha para a reforma de escolas. Em dezembro de 2017, ele anunciou a chegada de R\$ 200 milhões de empréstimo da Caixa Econômica para revitalizar os prédios escolares. No entanto,

apenas pouco mais de R\$ 30 milhões foram gastos. E não é por falta de unidades degradadas.

A Escola municipal Guilherme Silveira, no Mendanha, é uma das unidades na lista para receber reforma. As mães dos alunos relatam que as crianças não têm parque e que o local para atividades físicas está destruído. Quando chove, alaga. Para piorar, o colégio foi roubado na última semana: levaram computadores e portas.

— Já perdemos provas e materiais por conta disso. Ao lado da escola tem um rio. Já houve caso de um jacaré entrar na parte de trás do prédio — conta Erika da Silveira, mãe de um estudante.

A Secretaria municipal de Educação (SME) alegou que “por conta dos processos licitatórios, o empréstimo foi renovado para 2019”. Os R\$ 30 milhões gastos até agora serviram para obras, compra de mobiliário e climatização de escolas. A pasta, no entanto, não revelou quantas escolas receberam essa verba. “Assim que abrir o orçamento de 2019, previsto para estes dias, as reformas das unidades escolares serão reiniciadas porque os orçamentos já estão realizados”, diz a secretaria.

A SME também informou que a Guilherme Silveira está incluída na lista das 292 unidades que serão climatizadas. Na unidade de Bangu está prevista ainda a recuperação do piso da quadra e o nivelamento da calçada.

Enquanto os antigos problemas vão se acumulando, outros novos vão ganhando urgência. A Escola municipal Francis Hime, em Jacarepaguá, começou o ano letivo nesta segunda-feira com áreas interditadas ainda por conta da tempestade da última quarta-feira. Um muro de contenção, que já apresentava problemas, acabou de cair e a sala de leitura foi atingida por uma árvore. A estrutura rachou e foi fechada. Este é um colégio premiado: numa única Olimpíada de Matemática, em 2015, chegou a faturar 185 medalhas.

De acordo com a SME, engenheiros da Riourbe realizaram uma avaliação técnica e não identificaram risco na estrutura do prédio que comprometa a escola: “As obras de reparo já foram iniciadas”. A secretaria informou que “as aulas ocorreram normalmente nesta segunda-feira e a unidade tem água e energia elétrica”.

[topo](#)

O POVO - CE - COLUNISTAS

A UFC, A SECITECE E UM EMBRIÃO DO ITA

Com apoio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece), a Universidade Federal do Ceará deverá implantar um curso de Engenharia Aeronáutica. A informação é do titular da Secitece, Inácio Arruda, adiantando que o projeto já está no MEC aguardando a liberação. “Estamos aguardando a liberação, até porque a UFC formou massa crítica nas áreas da navegabilidade e segurança de voo, além de ter know-how na área da engenharia, uma das mais respeitadas no País”, acentua o secretário. Ele destacou que a Instituição conta ainda com três mestrados apoiados pela pasta e que reforçam a certeza de que esse curso virá ainda neste ano. Para Inácio, o curso chega como uma espécie de ITA (Instituto de Tecnologia da Aeronáutica) no Estado. Para o diretor do Centro de Tecnologia da UFC, Almir Holanda, falta só um detalhe: apoio da bancada cearense para a conquista de recursos suplementares.

[topo](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

FOPROP e CAPES: uma parceria de sucesso

Representantes do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP), que atualmente reúne 248 instituições de ensino superior de todas as regiões do Brasil, visitaram a **CAPES** em 05/2, para conhecer a nova diretoria. Além da apresentação da entidade a **Anderson Correia**, a autonomia das universidades na pós-graduação foi um dos pontos conversados.

Márcio de Castro, presidente do Fórum, esclareceu que a reunião serviu para se apresentar e “estender a mão”. “Temos muito interesse em continuar essa parceria que vem dando excelentes resultados para a pós-graduação no Brasil”, declarou. O FORPROP atua de forma complementar e interativa com a **CAPES**, a partir de grupos de trabalho, na definição de políticas de novos programas.

Sobre a avaliação dos cursos stricto sensu, De Castro defende um aperfeiçoamento no modelo atual de avaliação que inclua, também, uma autoavaliação. Este processo – que tem sido discutido entre os representantes da educação – foi adotado pela **CAPES** recentemente no programa **CAPES - PrInt**, transferindo para as instituições de ensino superior a definição sobre quais políticas serão aplicadas à internacionalização de cada instituição.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 12.02.2019

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Brasil e Nova Zelândia querem incrementar cooperação entre universidades

Anderson Correia e Connie McManus, presidente e diretora de Relações Internacionais da **CAPES**, encontraram-se nesta terça-feira, 12, com Christopher Langley, embaixador da Nova Zelândia, e Ana Azevedo, gerente da Education New Zealand no Brasil, para discutir a cooperação acadêmica entre os dois países. A boa relação com as universidades neozelandesas, principalmente na área de agricultura, foi destaque e o Programa Institucional de Internacionalização (**CAPES/PrInt**) um dos pontos tratados para incrementar a cooperação acadêmica entre os dois países.

Anualmente cresce a procura de alunos brasileiros para estudar em instituições da Nova Zelândia. “A **CAPES** é crucial para ajudar no desenvolvimento dessa parceria educacional”, afirmou Chistopher Langley. Por outro lado, McManus pretende definir mais parcerias nos próximos anos, intensificando a já frutífera relação: “A Nova Zelândia tem universidades excelentes. Vamos discutir áreas estratégicas onde possamos aumentar essa relação, como as de artes criativas e turismo”.

Por fim, a busca de uma reciprocidade acadêmica e o aumento da participação de alunos e professores neozelandeses no Brasil, foi a expectativa de Ana Azevedo: “Gostaria muito de ver um aumento na cooperação e na mobilidade entre as universidades de ambos os países. Queremos ver mais alunos e professores neozelandeses vindo para o Brasil, participando de programas de estudo e oferecendo programas por aqui”.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MPF-RR pede prisão preventiva de deputada acusada de desvios de recursos do transporte escola

Deputada é acusada de integrar uma organização criminosa que desviou cerca de R\$ 50 milhões do Fundeb

O Ministério Público Federal em Roraima informou, nesta terça-feira (12), que pediu à Justiça Federal o restabelecimento da prisão preventiva da deputada estadual Yonny Pedroso da Silva, do Solidariedade. Ela é acusada de integrar uma organização criminosa que desviou cerca de R\$ 50 milhões do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os recursos eram destinados ao serviço de transporte escolar. Yonny foi presa no dia 14 de dezembro do ano passado, durante a Operação Zaragata, da Polícia Federal, de combate ao esquema.

Segundo o Ministério Público, poucos dias depois, a deputada conseguiu converter a prisão preventiva em prisão domiciliar, com tornozeleira eletrônica. Já em 14 de janeiro deste ano, a prisão domiciliar foi substituída por recolhimento domiciliar no período noturno, ainda com a manutenção do equipamento.

Mas o Ministério Público argumenta que a deputada por diversas vezes violou as medidas cautelares impostas pela Justiça sobre a obrigatoriedade do uso da tornozeleira.

O órgão informou que a Justiça Federal deu prazo para a defesa de Yonny Pedroso se manifestar, para então decidir sobre a decretação de prisão preventiva.

A reportagem não conseguiu contato com a parlamentar.

Ouçá o Repórter Nacional - Amazônia desta quarta-feira (13), às 7h55:

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Partido Novo quer lei para devolver verba do Fundo Partidário

Sigla protocolou dois projetos na Câmara, um que acaba com o fundo eleitoral e outro que permite devolver o dinheiro do Fundo Partidário para o caixa da União

Com oito deputados federais, a estreante bancada do Novo na Câmara vai tentar por meio de um projeto de lei devolver os R\$ 4,3 milhões que recebeu até agora do Fundo Partidário, que é formado com recursos públicos e atualmente representa a principal fonte de renda das agremiações políticas brasileiras.

No ano passado, a legenda fez consultas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saber se poderia repassar o dinheiro para o orçamento de outras áreas, como Saúde e Educação.

A resposta do tribunal foi que a verba é pública e só pode ser utilizada para os seus fins originais. Ou seja: se o Novo devolvesse o benefício ao Fundo, ele seria repassado para os demais partidos.

A solução encontrada foi depositar os R\$ 92 mil mensais a que a sigla tem direito em uma conta até que fosse encontrada uma solução. Pelo projeto, que foi assinado por todos os integrantes da bancada, seria facultativo aos partidos a decisão de usar ou não o

Fundo. Quem optar por abrir mão, pode repassar a verba para o caixa do governo.

Enquanto na primeira semana de trabalho na nova legislatura os 513 deputados apresentaram mais de 600 projetos de lei, o Novo protocolou apenas dois.

Um que acaba com o fundo eleitoral - criado para as eleições de 2018 e, na ocasião, constituído por um montante de R\$ 1,7 bilhão de recursos públicos - e o outro que permite devolver o dinheiro do Fundo Partidário para o caixa da União. A sigla defende a volta da doação de pessoa jurídica nas campanhas.

"Desde que o partido nasceu, o Novo tentou várias vezes doar para a Lava Jato, hospitais ou para o Ministério da Educação usar em educação básica, mas não conseguimos. Montar um partido é um belo negócio. A sigla recebe dinheiro mesmo antes de ter deputado", disse o deputado Vinicius Poit (Novo-SP).

Manutenção. Segundo a assessoria do partido, o Novo paga sua manutenção com doações dos filiados. Dos 30 mil inscritos, 20 mil estão em dia com a mensalidade de R\$ 28 por mês. A legenda não tem sede própria na maioria dos Estados.

Conforme portaria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicada em janeiro, das 35 legendas registradas na Corte, 21 cumpriram os requisitos previstos na cláusula de barreira instituída pela Emenda Constitucional 97/2017 e terão acesso ao Fundo Partidário.

O montante estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 927,7 milhões. Os partidos recebem recursos de acordo com o percentual de votos válidos que as siglas receberam nas eleições mais recentes.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Aluno do ensino médio de SP se forma com desempenho esperado para o fundamental

No 9º ano, conhecimento em matemática é o adequado para três anos antes

São Paulo

Os alunos da rede estadual de São Paulo saem da escola, em média, com a nota esperada para estudantes três anos mais novos.

Ao se formarem no ensino médio, têm desempenho em português que seria adequado para o 9º ano do nível fundamental.

Em matemática, a defasagem começa ainda mais cedo: no 9º ano, eles têm a média que seria correspondente à do 6º.

As conclusões foram obtidas por meio dos resultados do Saresp, exame que avalia os estudantes da rede estadual em português e matemática, divulgados nesta terça-feira (12) pela gestão João Doria (PSDB).

Entre 2017 e 2018, os alunos da rede estadual registraram leve melhora em português, mas piora em matemática no 9º ano e estagnação no ensino médio.

Combinadas aos índices de reprovação e repetência, as notas do Saresp dão origem ao

Idesp (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo), que teve um leve crescimento em 2018, chegando a 5,55 para os anos iniciais, 3,35 para os finais e 2,46 para o ensino médio. As metas para 2030 são 7, 6 e 5, respectivamente.

O secretário da Educação, Rossieli Soares da Silva, que assumiu o cargo em janeiro, afirmou que os resultados indicam um "crescimento lento" dos índices de aprendizagem.

No Ideb, índice nacional de qualidade da educação, São Paulo foi apenas a 16ª unidade da federação que mais evoluiu entre 2005 e 2017.

O mandato de Doria é o sétimo seguido do PSDB no estado.

"São Paulo vem melhorando mais lentamente que vários estados brasileiros. Com maior renda per capita, precisa liderar os índices de aprendizagem", afirmou o secretário-executivo Haroldo Corrêa da Rocha, que era o titular da pasta no Espírito Santo até o final do ano passado.

Os dados do Saresp mostram que as deficiências dos alunos, especialmente em matemática, começam cedo e vão se acumulando ao longo da trajetória escolar.

Aos nove anos de idade, no 3º ano do fundamental, uma em cada quatro crianças não consegue representar corretamente os números. Um exemplo citado dessa deficiência foi um ditado em que o professor falou 327 e o aluno escreveu 300207.

Ao chegar ao 5º ano, 46,4% dos estudantes já estão abaixo do adequado. No 9º ano, essa proporção aumenta para 83,3%.

Nessa série, 65% não sabem resolver um problema envolvendo porcentagem. Em média, têm o conhecimento esperado para um estudante três anos mais novo, do 6º ano.

Na conclusão da vida escolar, no 3º ano do ensino médio, quase todos os alunos da rede estadual paulista (94%) estão abaixo do nível adequado.

"É um drama nacional", afirmou o secretário, acrescentando que o problema se repete em outros estados brasileiros. "A criança vai carregando um peso que traz dificuldades para ela em toda a educação básica."

Em língua portuguesa, a situação é menos pior, mas não chega a ser boa. No 9º ano, 45% dos alunos com idade esperada de 14 anos não conseguem entender a finalidade de um texto, e 65% saem da escola com desempenho abaixo do adequado.

Segundo o secretário, os resultados serão enviados para cada escola e, até março, a pasta deverá anunciar um planejamento para melhorar os indicadores.

Como já havia adiantado, ele afirmou que o bônus pago aos professores a partir do Idesp deverá ser repensado, mas disse ainda não ter detalhes.

A Folha revelou em maio de 2018 que avaliações do próprio governo concluíram que o bônus não promoveu melhorias nas escolas. Advertências para correções foram

ignoradas pelo menos desde 2011.

O secretário descartou acabar com essa iniciativa. "A política de bônus precisa ser melhor aproveitada", disse. A ideia é que a remuneração inclua outros critérios além da nota dos alunos.

Ele indicou que pretende atuar para tentar reduzir o volume de faltas dos profissionais da rede. "Não existe bala de prata. Mas temos que garantir o feijão com arroz, que são 200 dias letivos e cinco horas diárias de aulas", afirmou.

Outra iniciativa que deverá ser adotada na rede é colocar professores com bons resultados para ajudar outros colegas.

O secretário assumiu o cargo em meio a uma crise no fornecimento de materiais escolares, que deverão chegar às escolas até março, após contratos emergenciais.

Havia ainda a possibilidade de até 60 mil alunos ficarem sem aulas devido a uma decisão judicial que barrava a convocação de professores temporários. A decisão foi posteriormente revertida pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

topo ↕

BROADCAST - TEMPO REAL

5 dicas para economizar com a escola dos filhos

Um dos gastos mais relevantes no orçamento familiar das pessoas com filho em escola particular certamente é a mensalidade escolar. Num país em crise com baixos salários e altas mensalidades, temos uma boa notícia: é possível economizar com a escola sem baixar a qualidade da educação e existem estratégias para se fazer isso.

Muitas famílias acabam se sacrificando para pagar a escola desejada para seus filhos. No entanto, é importante perceber que, além de sobrecarregar o orçamento familiar a ponto de pôr em risco a saúde financeira da família e dar um mal exemplo de finanças pessoais para os filhos, essa ação pode também colocar as crianças em um ambiente de convívio fora de sua realidade socioeconômica gerando problemas psicológicos e dificuldade de socialização das crianças.

Outro fator importante a ser considerado é que a educação dos filhos é algo muito maior que a qualidade da escola frequentada. A educação envolve os exemplos que a criança recebe, as oportunidades de conhecer pessoas, ideias e atividades e a habilidade dos pais em desenvolver a inteligência emocional de seus filhos. Sabendo disso e com o objetivo de ajudar as famílias brasileiras a passarem pela crise econômica e colocarem suas contas no azul criamos esse guia rápido com cinco dicas para as famílias economizarem com a escola particular dos filhos.

A principal oportunidade de economia está no momento de escolha da escola. Por isso recomendamos que os papais e mães sigam os passos abaixo na hora de escolher a escola do filho:

1- Saiba o quanto sua família pode gastar com a escola:

Segundo o educador financeiro Gustavo Cerbasi, os gastos com a escola geralmente representam entre 10% a 15% do orçamento da família. Portanto, nossa recomendação para as famílias endividadadas, ou que estejam passando por dificuldades financeiras, é

gastar no máximo 10% da renda familiar com a escola dos filhos.

2 - Faça uma pesquisa prévia de preços na internet e por telefone antes de visitar as escolas:

Nessa dica, o importante é não se deixar deslumbrar por escolas que comprometem a saúde financeira de sua família. Por isso antes de visitar e deixar-se deslumbrar pelas escolas é necessário saber se elas cabem no orçamento familiar.

3 - Vá visitar pelo menos 5 escolas que estiverem dentro do orçamento máximo definido:

O importante é fazer essa importante escolha de forma mais objetiva possível e para isso é essencial visitar um número razoável de opções.

4 - Escolha 3 escolas preferidas:

É natural se encantar com uma escola e só sair satisfeito da escolha se ela for a escolhida, porém esse não é o processo que otimiza o investimento a ser realizado. O ideal é escolher três escolas nas quais sua família estaria satisfeita de forma similar em confiá-las seu filho.

5 - Negocie bolsas parciais nas escolas preferidas e escolha a escola de melhor custo benefício:

Tendo 3 escolas em níveis similares de satisfação será mais fácil seguir a última dica. Você pode tentar negociar descontos nessas 3 escolas e escolher a de melhor custo-benefício. Uma opção ainda mais inteligente é procurar essas escolas em programas de bolsa de estudo como o Programa de Bolsas do Melhor Escola. Uma forma rápida de fazer isso é digitar no Google: "nome da escola programa de bolsas melhor escola"

Seguindo os cinco passos acima a família tem boas chances de conseguir economizar na educação dos filhos sem perda da qualidade. Pela nossa experiência, há boas oportunidade de economia nessa área: os usuários do Programa de Bolsas do Melhor Escola economizam em média R\$3,5 mil por ano por filho na educação particular.

O Melhor Escola

O site Melhor Escola foi criado em 2012, depois que seu idealizador, Juliano Souza, que frustrou-se ao não encontrar uma ferramenta que o ajudasse a escolher uma escola para seu filho. Hoje, o portal conta com informações de todas as 193 mil escolas brasileiras, além de avaliações de pais, alunos, ex-alunos e professores.

Em 2016, o site passou a fechar parceria com escolas particulares para divulgação de bolsas parciais de estudo. Atualmente são mais de 1500 instituições parceiras que oferecem bolsas de até 80% de desconto para seus usuários.

Website: <http://www.melhorescola.com.br>

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo de Alagoas sanciona, com veto, lei sobre o rateio do Fundeb

Renan Filho vetou o artigo 7, considerando vício o desconto previdenciário nos valores pagos aos profissionais de magistério.

O governador Renan Filho (MDB) sancionou, na terça-feira (12), o Projeto de Lei que autoriza o governo a pagar o rateio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica (Fundeb) aos professores da rede estadual de ensino. A lei foi sancionada em edição suplementar do Diário Oficial do Estado e republicada por incorreção nesta quarta (13).

De acordo com a publicação, o valor a ser pago aos profissionais do magistério com vinculação temporária, professores monitores, será feito com base na folha do décimo terceiro salário, exercício 2018.

Essa divisão das sobras havia sido anunciada pelo governador pelas redes sociais no dia 10 de janeiro. No vídeo, ele disse que o rateio seria da ordem de R\$ 31 milhões. O texto do DOE não fala em valores.

O governador vetou o artigo 7, e justificou que "embora louvável a deliberação do Poder Legislativo Estadual, a emenda parlamentar realizada no art. 7º da proposição, inserindo a vedação de qualquer desconto previdenciário nos valores pagos aos profissionais de magistério, em decorrência de rateio dos recursos do Fundeb, padece de vício de iniciativa, sendo formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa do Chefe do Poder Executivo em iniciar leis que disponham sobre organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo, prevista no art. 86, § 1º, II, b, da Constituição Estadual".

Para fins de distribuição, o rateio será feito aos profissionais em efetivo exercício do magistério, na proporção da sua jornada de trabalho e tempo de serviço. A publicação diz ainda que o rateio e o pagamento tratados pela Lei não se incorporam à remuneração para qualquer efeito.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Governo repassa R\$ 48 milhões para escolas do DF fazerem reformas e pequenas compras

Valor será distribuído para 697 escolas. Secretaria apura mau uso do dinheiro por parte de diretores.

Na semana em que se iniciaram as aulas, a Secretaria de Educação do Distrito Federal liberou R\$ 48,48 milhões relativos à verba do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf). O recurso saiu nesta quarta-feira (13) para 697 escolas da rede pública fazerem compras e pequenas reformas e reparos, de forma autônoma.

Do total de escolas em funcionamento no DF, a pasta elegeu 200 como prioritárias para receber reformas gerais. Dessas, no entanto, apenas 104 entraram em obras, e só 11 foram concluídas até a última sexta (8), antes do início do ano letivo. Os trabalhos devem continuar, mesmo com as aulas em andamento.

Cada escola recebe um determinado valor por semestre, dependendo da quantidade de alunos. De acordo com a secretaria, este montante é referente à primeira parcela de 2019.

Até a publicação desta reportagem, a secretaria não tinha informado se uma parte que ainda estava pendente do segundo semestre de 2018 também havia sido liberada. Ao todo, 220 escolas começaram o ano à espera de R\$ 5,6 milhões.

A liberação dos recursos do Pdaf, para cada exercício, é condicionada à prestação de contas dos anos anteriores ao da solicitação.

Em entrevista ao G1, o secretário de Educação, Rafael Parente, informou que a pasta investiga se alguns diretores fizeram mau uso do dinheiro. Por questão de sigilo, não deu detalhes da quantidade de investigados.

No entanto, ele defendeu o programa. “99% dos diretores fazem bom uso do Pdaf. É uma política muito importante porque os diretores precisam fazer pequenas obras, correção nas escolas, comprar gás, resma de papel. É uma verba essencial que faz muita diferença na ponta e a gente vai continuar fortalecendo essa política.”

Pdaf

Criado por um decreto em 2007, o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (Pdaf) repassa recursos diretamente para escolas públicas do DF e virou lei em 2017.

O dinheiro é previsto na Lei Orçamentária Anual do DF. Já os critérios para distribuição entre as escolas e coordenações são estabelecidos pela Secretaria de Educação.

Em média, o recurso equivale a R\$ 55 por aluno, mas o valor varia de acordo com as etapas de ensino. As escolas de educação básica recebem valores maiores que as escolas técnicas, por causa do número de estudantes frequentes.

Leia mais notícias sobre a região no G1 DF.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Estudantes dizem que não conseguem pegar diploma após faculdade ser alvo de investigação da polícia, em Pirenópolis

Operação prendeu 4 pessoas ligadas à instituição, suspeita de fraude na realização dos cursos e emissão do documento. Estudantes se formaram em 2017, mas ainda não sabem se poderão exercer profissão.

Cerca de 300 universitários afirmam que não conseguem pegar o diploma de graduação depois que a Polícia Civil realizou uma operação na faculdade onde eles estudavam, em Pirenópolis, região central de Goiás, por suspeita de fraude. Eles dizem que foram enganados, pois a instituição é suspeita de oferecer cursos de graduação sem reconhecimento do Ministério da Educação (MEC) alegando que tinha parceria com outras entidades para validar o documento.

A TV Anhanguera contatou o MEC, mas ainda não obteve retorno até a publicação desta reportagem. A emissora não conseguiu contato com os responsáveis pela faculdade.

A operação, batizada de Kairós, foi realizada em maio do ano passado e resultou na prisão de quatro pessoas. Outras seis ordens de busca e apreensão também foram cumpridas.

De acordo com as investigações, a instituição oferecia, irregularmente, cursos de administração, pedagogia, ciências contábeis, psicologia e educação física.

Alguns dos estudantes realizaram um protesto na terça-feira (12) para cobrar providências. Eles formaram em março de 2017 e até realizaram a colação de grau. Porém, ainda não conseguiram pegar o diploma nem saber se, de fato, ele terá validade.

“Fizemos trabalhos, fizemos TCC, fizemos todo o trâmite necessário para a gente pegar nosso diploma”, afirma o administrador Everton Vinícius.

A cabeleireira Susana Pereira também reclamou da situação. “O que a gente quer agora é a validação do nosso diploma para poder realizar o sonho do ensino superior”, desabafa.

Já a massoterapeuta Kênia Cristina Rodrigues dos Santos disse que se sentiu enganada pela faculdade, pois a instituição sempre afirmou que tudo estava sendo realizado de forma regular.

“Eles nos apresentaram a instituição dentro da sala de aula e disseram que estava credenciado ao MEC”, lamenta.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Especialista em consumo de Mogi orienta grupo que teve problema para pegar o diploma em centro de estudos

Professores descobriram que instituição não era reconhecida pelo MEC apenas próximo de terminar o curso.

Um grupo de estudantes de Mogi das Cruzes descobriu após ao final da formação superior em um centro universitário da cidade que a unidade não é reconhecido pelo Ministério da Educação. Em alguns casos, nem mesmo o certificado eles conseguiram. Por conta disso, eles procuraram o quadro De Olho nas Compras, do Diário TV, a fim de uma orientação do advogado especialista em consumidor, Dori Boucault, sobre o que deve fazer.

A professora Elaine Cristina Vieira da Silva Macedo ainda guarda a cópia da monografia entregue em 2016. O relatório de estágio também foi concluído, depois de um ano e meio de dedicação aos estudos no curso de licenciatura.

“Eu estudei no Centro Institucional de Educação, da Faculdade de Educação. Em 2015 eu iniciei o curso”, conta Elaine.

Ela pagou a matrícula de R\$ 300 reais e 18 mensalidades de R\$ 246. Nesse um ano e meio de curso, tinha aula de 15 em 15 dias, das 9h às 16h. Estudou muito, se dedicou, seguiu todas as regras à risca, mas no fim do curso soube que a faculdade, parceira do centro educacional onde ela estudou, responsável pelo diploma, havia sido descredenciada.

“A gente só soube quando chegou o período de fazer a monografia, que o estágio que você recebe orientações, que aí foi nos informado que nosso diploma seria emitido por faculdades parceiras. Inclusive eles falam que ela foi descredenciadas pelo MEC em 2018”, explica.

Abalada com a notícia e cansada de tantas desculpas, no último sábado a Elaine

registrou um boletim de ocorrência de natureza afirmação falsa ou enganosa.

“Eu perdi oportunidade de assumir cargo de coordenação dentro do próprio colégio que eu trabalho, porque eu não tinha como apresentar o diploma. Ano passado a prefeitura de Mogi abriu um processo seletivo e eu não pude fazer”, afirma.

E não foi só a Elaine que teve problemas com o diploma não. Todos os professores também foram prejudicados. A professora de história Elizabeth Oliveira de Souza se formou em 2017 e quando foi atrás do certificado também teve uma surpresa nada agradável.

“Eu estava na atribuição do Camilo deste ano, e os professores estavam comentando que tinham certificados caçados. Aí um colega meu disse que era da Falc, e eu disse que não acreditava”, lembra.

O sonho do diploma também virou pesadelo para o professor de matemática Rafael dos Santos Ribeiro. Ele conta que prestou concurso e conseguiu uma boa colocação, só não esperava que tivesse tantos problemas para conseguir o documento.

“Quando eu cheguei aqui no CIF, tinha outras pessoas também com o diploma cancelado, aí eu descobri que tinha sido enrolado. A mulher aqui não deu resposta nenhuma, mas a mulher me disse pelo telefone eu poderia correr atrás dos meus direitos que para ela não teria problema nenhum. Eu passei e estou em uma classificação que eu não sei quando eles vão me chamar, como que vai ser. Se me chamarem, eu não vou ter o diploma”, diz o professor.

Já com a também professora de matemática Regiani Shiotani Camargo Franco foi ainda pior. Quando ela achou que todos os problemas estavam resolvidos, levou um susto quando recebeu um e-mail dizendo que o diploma dela estava cancelado.

“Eu entrei em desespero, porque eu não sabia o que fazer, a quem recorrer, com quem conversar. Então eu vim até a CIF e que o processo estava correndo em segredo de justiça e que eu deveria esperar em casa”, lembra Regiani.

Os alunos dizem que muita gente deve estar na mesma situação e não sabe. Segundo eles, o que mais revolta, é a empresa dizer que simplesmente não pode fazer nada e que está de portas abertas pra dar apoio para os alunos que precisam.

“Na realidade, ela não deixou claro o que aconteceu. Ela não explicou. E a gente quer essa informação. A gente quer o certificado”, enfatiza Elizabeth.

A produção do Diário TV falou com Valter Pereira, que se identificou como diretor da Falc, a faculdade que segundo as reclamações mostradas na reportagem deveria emitir os diplomas.

Ele confirmou que a faculdade está descredenciada pelo MEC e prestava um serviço para o Centro Institucional de Formação Educacional, onde os profissionais faziam os cursos em Mogi.

Embora o nome da Falc apareça também nos diplomas que não foram reconhecidos, o

diretor disse que o problema é com uma terceira instituição que seria responsável pela emissão dos certificados.

Além disso, ele acrescenta que o centro de educação não passou dados de alguns alunos que por isso não receberam os diplomas.

O direito dos alunos

O advogado e especialista em consumo Dori Boucault explica que o grupo de professores devem contratar um advogado na área de educação para unificar as reclamações, a fim de estudar a quem recorrer, porque uma ação conjunta ganha mais peso.

“Temos vários artigos, o 14 e 20 falam da responsabilidade pelo prestador de serviços, que respondem se tiver vício ou impróprio o serviço. Responde também pelo que ofertou e não está cumprindo. Ou recebe o dinheiro que pagou. Tem ainda o 27 que trata dos danos morais”, explicou.

Ainda segundo o advogado, é importante que antes de começar um curso, o estudante deve fazer uma pesquisa junto ao MEC, Procon, Reclame Aqui, a fim de verificar o histórico da empresa.

“Em uma situação dessas, a pessoa tem uma resposta em até 120 dias se ingressar com uma ação”, afirma Dori.

topo ↕

O ESTADO - RJ - TEMPO REAL

Educação midiática será incluída no currículo escolar

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do ensino básico incluiu entre as competências que o aluno deve ter, a leitura crítica da informação que recebe por jornais, revistas, internet e redes sociais. Especialistas avaliam que foi um avanço a inclusão da educação midiática na BNCC, pois a escola poderá dar instrumentos para que o estudante possa se tornar um consumidor e produtor de conteúdo responsável.

No fim de 2017, o Ministério da Educação homologou a Base Nacional Comum Curricular do ensino infantil e fundamental e, no fim do ano passado, aprovou a BNCC do ensino médio. O documento estabelece o mínimo que deve ser ensinado em todas as escolas do país, públicas e particulares.

A partir da base, os estados, as redes públicas de ensino e as escolas privadas deverão elaborar os currículos que serão de fato implementados nas salas de aula. Os novos currículos para o ensino básico estão em fase de elaboração pelos estados.

Habilidade

A base prevê, por exemplo, que o aluno do sexto ao nono ano do ensino fundamental desenvolva a habilidade de leitura e produção de textos jornalísticos em diferentes fontes, veículos e mídias, a autonomia e pensamento crítico para se situar em relação a interesses e posicionamentos diversos, além de saber diferenciar liberdade de expressão de discursos de ódio.

“A questão da confiabilidade da informação, da proliferação de fake news [notícias

falsas], da manipulação de fatos e opiniões tem destaque e muitas das habilidades se relacionam com a comparação e análise de notícias em diferentes fontes e mídias, com análise de sites e serviços checadores de notícias [...]”, diz um trecho do documento.

Para os estudantes do ensino médio, as habilidades preveem a ampliação do repertório de escolhas de fontes de informação e opinião, a comparação de informações sobre um fato em diferentes mídias, além do uso de procedimentos de checagem de fatos e fotos publicados para combater a proliferação de notícias falsas.

A base também recomenda que os alunos possam atuar de maneira ética e crítica na produção e compartilhamento de comentários, textos noticiosos e de opinião e memes nas redes sociais ou em outros ambientes digitais.

Desafios

A presidente do Instituto Palavra Aberta, Patrícia Blanco, afirma que foi um significativo ganho colocar o tema da educação para a mídia na BNCC, pois significa que o campo jornalístico-midiático terá que ser abordado pelas escolas em âmbito nacional. No entanto, ela destacou que há ainda um longo trabalho pela frente para que a prática seja efetivamente adotada nos currículos.

“Nunca foi tão necessário, nesse ambiente de tecnologia, educar para a mídia, para o consumo de informação. Se a criança e o adolescente desenvolvem senso crítico, a escola está contribuindo para a formação de cidadãos que podem exercer melhor sua liberdade de expressão”, diz Patrícia.

“Educação midiática tem o papel de antídoto às fake news: você percebe que tem algo estranho, vai pesquisar outra fonte, e não simplesmente compra uma informação como verdade absoluta e a repassa para a frente”, acrescenta a especialista.

Segundo ela, são três os desafios atuais para a iniciativa chegar às salas de aula: disseminar o conceito da educação midiática, divulgando sua importância, formar os professores para que eles possam abordar o tema, e desenvolver a produção de conteúdos e materiais relevantes para serem usados na escola.

Alfabetização

O representante do Comitê Internacional da Aliança Global para Parcerias em Alfabetização de Mídia e Informação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) na América Latina e Caribe, Alexandre Sayad, lembra que o tema está incluído entre as competências a serem abordadas na disciplina de língua portuguesa.

“O professor de língua portuguesa vai ter que colocar na sua aula. Mas nada impede outra disciplina abordar o tema. A questão da mídia é presente na vida das pessoas. Há uma tendência na educação, em geral, de se descompartmentalizar as disciplinas”, diz Sayad.

Segundo ele, atualmente há poucas escolas no Brasil que tratam do assunto em sala de aula. “Identificar a fonte de notícia é uma habilidade necessária no mundo hoje. É pela alfabetização midiática que você consegue separar o joio do trigo na mídia”.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

UFRJ lança edital para reforma da fachada do Museu Nacional

Em meio às ruínas, restauradores destacam clima de otimismo para recuperação e reforma do acervo

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lançou edital para a escolha da empresa que ficará responsável pelo projeto de reforma da fachada do Museu Nacional, destruído por um incêndio no dia 2 de setembro do ano passado.

A informação foi dada hoje (12) pelo diretor do Museu Nacional, Alexandre Kellner, após visita ao que restou do prédio do Museu Nacional, cinco meses após o incêndio que durou mais de seis horas e destruiu cerca de 20 milhões de itens que contavam parte significativa da história do país.

“Já está na rua o edital para a confecção de projetos básicos para o início da restauração do nosso museu. Ainda não é o projeto definitivo para a recuperação do prédio, mas apenas da fachada do prédio, cujo valor deverá ficar um pouco acima de R\$ 1 milhão”, disse Kellner.

Segundo ele, para a recuperação total do Museu Nacional, a UFRJ já dispõe de R\$ 71 milhões. Desse total, R\$ 55 milhões foram obtidos a partir de emenda parlamentar para a reconstrução do Palácio Imperial e que já constam do orçamento da União para este ano.

Outros R\$ 15 milhões foram alocados pelo Ministério da Educação (MEC) e parte deles (R\$ 10 milhões) estão sendo utilizados de forma emergencial na estrutura criada para viabilizar as obras de escoramento da estrutura física do museu e também na própria montagem deste escoramento e da cobertura provisória das instalações.

Ele adiantou que o Museu Nacional pretende realizar ainda este ano uma exposição com todo o acervo e as peças que estão sendo recolhidas dos escombros do Palácio Imperial. Entre elas, raridades como o Crânio de Luzia, o fóssil mais antigo das Américas, e o meteorito Bendegó, que resistiram ao fogo.

O diretor não quis dar detalhes sobre a exposição que deverá ser realizada na própria Quinta da Boa Vista, em frente ao que restou do museu.

Visita

Pela primeira vez, cinco meses após o incêndio, o palácio que abrigava o Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi aberto para a imprensa, e parte do acervo recuperado foi apresentado.

A visita foi conduzida pela coordenadora dos trabalhos de resgate e arqueóloga do Museu Nacional, Cláudia Carvalho. Segundo ela, os trabalhos de escoramento e estabilização do prédio já estão praticamente concluídos.

“Este processo encontra-se em um estágio que já permite o resgate de uma quantidade significativa de peças que estão aparentes e em condições de serem recuperadas. A partir do momento em que o prédio estiver todo estabilizado e a cobertura estiver pronta, a gente dá início a uma outra etapa, que é a de inserção em áreas que precisam de uma escavação sistemática, e que deveremos iniciar ainda em março”.

Segundo a arqueóloga, os pesquisadores da UFRJ envolvidos nos trabalhos de resgate de parte das peças que faziam parte do acervo do Museu Nacional já recuperaram cerca de 2 mil itens.

“Conseguimos recuperar objetos de diferentes áreas, principalmente objetos que, pela sua natureza, são mais resistentes ao fogo. Temos cerâmicas, peças a partir de rochas. A gente identifica o acervo, depois o material vai para a área de registro onde é fotografado, catalogado e, provisoriamente, armazenado e inventariado”.

A coordenadora adiantou que ainda não há prazo para a conclusão dos trabalhos de resgate, mas espera que a recuperação do acervo esteja concluída em 2019. A partir daí será possível “dar início ao processo de reavaliação, de inventário e condições de danos, trabalho que deverá está concluído em 2020, eventualmente em 2021”.

Restauração

Mais de cinco meses depois do incêndio, os profissionais envolvidos no resgate das obras estão confiantes que será possível recuperar parte das coleções da instituição.

Com 200 anos de história, o museu mais antigo do Brasil – que abrigava 20 milhões de peças que datam de diferentes períodos – foi tomado pelas chamas no dia 2 de setembro do ano passado, acabando com registros da história do Brasil e um dos maiores acervos da América Latina.

Passados cinco meses, as portas do Museu foram abertas nesta terça-feira para que a imprensa pudesse ver de perto as obras de recuperação.

As fatalidades causadas pelo incêndio são incontáveis. No edifício há muitos escombros, vigas retorcidas pelas chamas, paredes derrubadas e diversas peças que estão sendo recuperadas e restauradas aos poucos.

O visual não anima, mas os funcionários do museu destacam que “já não predomina o clima de tristeza, e sim de alegria”, já que “é possível recuperar mais peças do que se imaginava”.

Luciana Carvalho é paleontóloga do museu e trabalha ativamente nos trabalhos de recuperação. Ela estava trabalhando na instituição no dia do incêndio e inclusive chegou a entrar em um dos edifícios para tentar salvar algumas peças. Embora as primeiras expectativas fossem muito ruins, ela explicou que “o clima atual é de alegria”.

“Todos os dias as pessoas encontram algo novo e boa parte das coleções serão resgatadas”, comentou à Agência Efe.

Mesmo assim, a paleontóloga ressaltou que se trata de um processo muito lento, já que o material está muito danificado e sensível. Há peças que ainda não puderam ser retiradas do museu para a restauração devido ao seu estado atual, por isso precisam ser tratadas onde estão.

Após o incêndio, o processo de recuperação é gradual devido à complexidade. É

necessário estabilizar o edifício, retirar os escombros e evitar que a chuva provoque novos estragos.

Uma das arquitetas da obra, Janaína Genaro, também destacou que “o trabalho é muito detalhado e cuidadoso, desde a estabilização à retirada de escombros, entre os que há peças de enorme valor”.

Cerca de 80 pessoas participam das operações de restauração, entre elas os funcionários do museu, que colaboram nos trabalhos de recuperação de maneira direta ou indireta.

O paleontólogo Sérgio Alex de Azevedo, que trabalhava em um dos laboratórios do museu antes do incêndio, explicou que após a tragédia os funcionários trocaram de função e passaram a fazer parte da equipe de restauração.

Azevedo afirmou que “a perda é incalculável”, não só para o Brasil, mas para o mundo, e disse acreditar que as pessoas estão aprendendo as características deste tipo de incidente.

“Quando as pessoas não sabem nada sobre incêndios, pensam que tudo queima junto e que o processo de recuperação é igual para todas as peças, mas não. Cada uma tem características únicas, é um trabalho difícil”, afirmou.

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

A educação acima de tudo

Recapitulando as ações do ministro da Educação

Do ministro da Educação exige-se capacidade e liderança para conduzir um amplo consenso nacional com vistas a levar o sistema educacional a um novo patamar, condição sem a qual o Brasil não alcançará o crescimento sustentado. Espera-se, sobretudo, que ele coloque foco na aprendizagem do aluno, o grande calcanhar de Aquiles da educação brasileira.

Em pouco mais de um mês à frente da pasta, porém, medidas do ministro Ricardo Vélez Rodrigues têm gerado preocupação e questionamentos. Recapitulemos alguns episódios.

Escolhido para diretor de avaliação básica do estratégico Instituto Nacional de Educação e Pesquisas – Inep, responsável pelo Enem – o economista Murilo Rezende Ferreira foi demitido do cargo 24 horas após sua nomeação.

De perfil ultra retrógrado, sua degola deveu-se à ação de internautas que apontaram plágio em seu artigo “A Escola de Frankfurt: satanismo feiúra e revolução”, cujas ideias teriam sido copiadas do artigo “The New Dark Age: The Frankfurt School and Political Correctness”, texto de 1992 de Michael Minnicino. Ferreira deixou de ser o coordenador do Enem, mas manteve cargo no Ministério, como assessor da Secretaria de Educação Superior (SESu).

Um dia depois da posse do ministro, o MEC divulgou uma retificação do edital para os livros didáticos que serão entregues em 2020. Ela dispensava a obrigatoriedade de referências bibliográficas e também o compromisso com a agenda da não violência contra a mulher. Como repercutiu muito mal, teve de recuar, atribuindo incorretamente a responsabilidade ao antecessor.

Na semana passada o ministro teve de dar explicações públicas em consequência de sua desastrada entrevista à Veja. Suas palavras na revista causaram indignação pelas ofensas aos brasileiros e por revelar uma visão elitista do papel das universidades. Teve ainda de se desculpar com a mãe de Cazuza por ter atribuído ao compositor já falecido uma frase pejorativa que não era de sua autoria.

De concreto até agora apenas a criação da Subsecretária de Iniciativas Cívicas, para a adoção do modelo de escolas cívico-militares, medida criticada por educadores e gestores, mas que cai bem aos olhos da população. Enquanto isso, faltam sinais sobre os rumos que a nova gestão pretende imprimir na Educação. A indefinição gera insegurança quanto a continuidade de ações do governo anterior, como a reforma do ensino médio e a Base Nacional Curricular Comum, medidas imprescindíveis para colocar a Educação nos eixos.

A prioridade do novo ministro tem sido a agenda ideológica. Sua gestão promove uma guerra santa contra o “marxismo cultural”, que seria o responsável pelas mazelas da Educação. Em vez de parceiros da aprendizagem, professores chegam a ser encarados como molestadores de crianças, como afirmou uma deputada do PSL.

Segundo essa ótica, o Inep é um antro de “burocratas gramscianos” e contribuições de pensadores e educadores consagrados devem ir sumariamente para a lata do lixo. Já o Conselho Nacional de Educação, responsável por analisar políticas educacionais da maior relevância, é estigmatizado como sendo o “Conselho Soviético da Educação”. Chegou-se ao ponto de se pedir um estudo jurídico para acabar com o Conselho, ideia felizmente abortada.

A agenda ideológica não levará o país a lugar algum. Ou melhor, levará a retrocessos. A receita da aprendizagem é amplamente conhecida: formação, capacitação e valorização dos professores, currículo relevante, ensino interdisciplinar e transversal, bons materiais didáticos, avaliação contínua, reforço e recuperação de alunos sempre que necessário.

A Educação não dará nem mesmo um passo, quanto mais o necessário salto de qualidade, com o ministro se comportando como cavaleiro andante de um moralismo retrógrado a combater moinhos ideológicos. Por aí suas mazelas só serão agravadas.

topo 

TERRA - TEMPO REAL

Partido Novo quer lei para devolver verba do Fundo Partidário

Sigla protocolou dois projetos na Câmara, um que acaba com o fundo eleitoral e outro que permite devolver o dinheiro do Fundo Partidário para o caixa da União

Com oito deputados federais, a estreante bancada do Novo na Câmara vai tentar por meio de um projeto de lei devolver os R\$ 4,3 milhões que recebeu até agora do Fundo Partidário, que é formado com recursos públicos e atualmente representa a principal fonte de renda das agremiações políticas brasileiras.

No ano passado, a legenda fez consultas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para saber se poderia repassar o dinheiro para o orçamento de outras áreas, como Saúde e Educação.

A resposta do tribunal foi que a verba é pública e só pode ser utilizada para os seus fins

originais. Ou seja: se o Novo devolvesse o benefício ao Fundo, ele seria repassado para os demais partidos.

A solução encontrada foi depositar os R\$ 92 mil mensais a que a sigla tem direito em uma conta até que fosse encontrada uma solução. Pelo projeto, que foi assinado por todos os integrantes da bancada, seria facultativo aos partidos a decisão de usar ou não o Fundo. Quem optar por abrir mão, pode repassar a verba para o caixa do governo.

Enquanto na primeira semana de trabalho na nova legislatura os 513 deputados apresentaram mais de 600 projetos de lei, o Novo protocolou apenas dois.

Um que acaba com o fundo eleitoral - criado para as eleições de 2018 e, na ocasião, constituído por um montante de R\$ 1,7 bilhão de recursos públicos - e o outro que permite devolver o dinheiro do Fundo Partidário para o caixa da União. A sigla defende a volta da doação de pessoa jurídica nas campanhas.

"Desde que o partido nasceu, o Novo tentou várias vezes doar para a Lava Jato, hospitais ou para o Ministério da Educação usar em educação básica, mas não conseguimos. Montar um partido é um belo negócio. A sigla recebe dinheiro mesmo antes de ter deputado", disse o deputado Vinicius Poit (Novo-SP).

Manutenção. Segundo a assessoria do partido, o Novo paga sua manutenção com doações dos filiados. Dos 30 mil inscritos, 20 mil estão em dia com a mensalidade de R\$ 28 por mês. A legenda não tem sede própria na maioria dos Estados.

Conforme portaria do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicada em janeiro, das 35 legendas registradas na Corte, 21 cumpriram os requisitos previstos na cláusula de barreira instituída pela Emenda Constitucional 97/2017 e terão acesso ao Fundo Partidário.

O montante estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA) foi de R\$ 927,7 milhões. Os partidos recebem recursos de acordo com o percentual de votos válidos que as siglas receberam nas eleições mais recentes.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Prazo do Fies termina amanhã; veja opções se não conseguir crédito

Passou no vestibular de uma faculdade privada e não tem dinheiro para pagar? A alternativa mais procurada é o Fies, o financiamento estudantil do governo federal, cujo prazo de inscrição termina amanhã. O resultado da pré-seleção será conhecido no dia 25.

No entanto, as regras de subsídio e o número limitado de contratos dificultam o acesso. Se não conseguir, há opções privadas. Algumas universidades oferecem financiamento próprio, com taxa de juros zero. Também é possível recorrer aos bancos, mas pode sair caro. Veja alternativas mais abaixo.

Universidades têm juros menores que bancos

Algumas universidades oferecem parcerias e linhas de crédito próprio, com juro zero ou com taxas menores do que em bancos. Veja as principais opções abaixo:

Estácio: Aluno paga metade do valor do curso enquanto estiver estudando e a outra metade após a formatura. Tem juros de 1% ao mês.

Kroton: Tem parceria com a BV Financeira, com juro zero. As mensalidades são corrigidas apenas pela inflação. Faculdades do grupo: Anhanguera, Pitágoras, Fama, entre outras.

Ser Educacional: Financia até 70% da mensalidade sem juros, com pagamento do empréstimo após a formatura. Faculdades do grupo: UNG, Uninassau, Unama, Univeritas e Faculdade Joaquim Nabuco.

Bancos têm opções mais caras

No Santander, a linha é específica para medicina. Os juros chegam a 31% ao ano (2,29% ao mês)

O Bradesco possui parceria com diversas faculdades e oferece taxa zero em alguns casos.

O Itaú possui parceria com a Ideal Invest, que mantém a Pravalter, empresa especializada em crédito estudantil.

A Pravalter mantém parceria com diversas faculdades, com juros subsidiados, chegando a zero em alguns casos. Também financia cursos a distância, o que não é possível no FIES. É preciso ter feito o Enem. Não há limite de renda.

O que mudou no Fies?

O Fies sofreu diversas mudanças nos últimos anos. O financiamento do governo foi dividido em três categorias em 2018, privilegiando os estudantes com renda familiar per capita de até três salários mínimos (categoria 1).

Estudantes com renda até cinco salários que residam no Norte, Nordeste e Centro Oeste entraram na categoria 2. Os demais estudantes com renda até cinco salários mínimos foram alocados categoria 3.

No Fies 2019, as categorias 2 e 3 foram unificadas no Fies Privado, ou P-Fies, que será administrado pelos grandes bancos. Já a categoria 1 passou a se chamar apenas Fies e será administrado pela Caixa Econômica Federal.

O pagamento do empréstimo tem início logo após a conclusão do curso. No antigo Fies, os estudantes tinham carência de até 18 meses após a formatura para pagar as mensalidades.

Quais os critérios do Fies e P-Fies?

A categoria Fies terá 100 mil vagas, com financiamento a juro zero. No P-Fies, não há limite de vagas, mas as taxas de juros serão definidas pelos bancos, podendo chegar a zero. Nos dois casos é necessário passar por um processo de seleção do MEC (Ministério da Educação).

Veja os principais critérios:

CLIPPING



Ter realizado a prova do Enem a partir de 2010 e obtido nota superior a 450 pontos, sem zerar a redação

Renda familiar per capita de até três salários mínimos para concorrer ao Fies

Renda familiar per capita de até cinco salários mínimos para concorrer ao P-Fies

Para calcular a renda, some os salários da família e divida pelo número de pessoas que moram juntas

A nota do Enem não será mais critério de classificação para o P-Fies

Indicar um fiador aumenta as chances de aprovação do crédito no P-Fies

Não é necessário ter conta em banco para se inscrever no Fies ou P-Fies

Nome sujo pode dificultar a aprovação do P-Fies

Limite para financiamento de mensalidade é de R\$ 7.000

Não pode ser usado para financiar cursos EAD (ensino a distância)

